

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Junho de 2006

ACTA N.º 4/2006

No dia trinta de Junho do ano dois mil e seis, pelas 10,20 horas reuniu, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, a Assembleia Municipal de Soure, convocada nos termos Regimentais para a sua **TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA**, com a seguinte Proposta de Ordem de Trabalhos:

Período de Antes da Ordem do Dia

Ponto 1. Apreciação das Propostas de Acta de 25.11.2005, 30.12.2005 e 24.02.2006

Ponto 2. Leitura de expediente/informações

Período da Ordem do Dia

Ponto 1. Apreciação de uma Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara, sobre a Actividade Municipal

Ponto 2. CONTRATAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO A MÉDIO/LONGO PRAZO

Ponto 3. ENCERRAMENTO DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO PERMANENTE (SAP) DO CENTRO DE SAÚDE DE SOURE

Ponto 4. *Outros assuntos a incluir, se for o caso disso, nos termos do artigo 83.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro*

Período de Intervenção do Público

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Junho de 2006

Foi distribuída a folha de presenças que circulou pelas bancadas, tendo-se verificado a **presença e faltas** dos Senhores Deputados:

Da **BANCADA DO PARTIDO SOCIALISTA** verificou-se a **presença** dos Senhores Deputados:

- Manuel de Sousa Domingues, Dr.;
- Maria Isabel Franco Gonçalves Verão, Dra.;
- Vitor José Pereira das Neves Morais Trindade, Dr.;
- João de Sousa Cruz, Dr.;
- José Maria Ferraz da Fonseca;
- Luísa Margarida Lima Anjo, Dra.;
- Carlos Jorge Matos dos Santos;
- Nádía Filipa Antunes Madeira Gouveia, Dra.;
- António da Silva Letra;
- José Rodrigues Nunes;
- António Travassos Rodrigues Serrano;
- Fernando Cordeiro Contente Ferraz, Dr.;
- Luís Carlos Gonçalves Redinha;
- José António Nunes da Silva Mendes;
- Carlos Alberto Rodrigues Góis, Eng.;
- José Manuel Coelho Bernardes;
- António Abreu Gaspar;
- António Nunes Costa;

Da **BANCADA DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA** verificou-se a **presença** dos Senhores Deputados:

- Manuel Augusto Serralha Duarte, Dr.;
- Adelino Gomes Henriques, Prof.;
- Arlindo Rui Simões da Cunha, Dr.;
- António Campos Ramos
- Maria Lucília Almeida Galvão;
- Ramiro Lucas Valente;
- Joaquim Góis Duarte Estrela;
- Virgílio Santos Silva;
- Carlos Miguel Simões Pimenta;

Não apresentaram justificação:

- António Simões de Almeida;
- José Rosário Martins;

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Junho de 2006

Da LISTA INDEPENDENTE “SEMPRE POR SAMUEL” verificou-se a presença do Senhor Deputado:

- José Ribeiro Catarino;

Da BANCADA DA COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA verificou-se a presença dos Senhores Deputados:

- José Francisco Ferreira Malhão, Dr.;
- Manuel José de Almeida Lopes, Eng.º;
- João Augusto de Castro Ramos Pereira, Eng.º;

Estiveram presentes nesta Sessão trinta e um membros, pelo que o Senhor Presidente da Assembleia, confirmada a existência de quórum, declarou aberta a Sessão.

Deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta da Ordem de Trabalhos. ~~~~~

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que o 1.º Secretário, Dr. João Cruz, se encontrava ausente por motivos profissionais, propondo o Senhor Deputado Carlos Jorge Matos dos Santos para o substituir.

Período de Antes da Ordem do Dia

PONTO 1. APRECIÇÃO DAS PROPOSTAS DE ACTA DE 25.11.2005, 30.12.2005 E 24.02.2006

ACTA DE 25.11.2005

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente proposta de acta. ~~~~~

ACTA DE 30.12.2005

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente proposta de acta. ~~~~~

ACTA DE 24.02.2006

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente proposta de acta. ~~~~~

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Junho de 2006

PONTO 2. LEITURA DE EXPEDIENTE/INFORMAÇÕES

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu nota de algumas informações, a saber:

- Da Fundação Antero de Quental, recebi um convite sobre Novas Oportunidades para o Desenvolvimento Territorial, onde se irá debater o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) e o Plano Regional de Ordenamento do Território (PROT) para a Região Centro.

Este evento vai ter lugar em Coimbra, no Auditório da Unidade de Saúde de Coimbra, na Avenida Fernão de Magalhães (Fundação Fernão Mendes Pinto), no dia 3 de Julho, pelas 21.00 horas.

O convite é extensível a todos aqueles que queiram participar.

- Deram entrada na Mesa três Moções sobre o Encerramento do SAP - Serviço de Atendimento Permanente de Soure mas como na Ordem de Trabalhos, o Ponto três é sobre este assunto, questiono a Assembleia se há problema em incluir a proposta nesse ponto.

Período da Ordem do Dia

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Junho de 2006

PONTO 1. APRECIÇÃO DE UMA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, SOBRE A ACTIVIDADE MUNICIPAL

INFORMAÇÃO ESCRITA SOBRE A

ACTIVIDADE MUNICIPAL

Nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 53º do Decreto-Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

PERÍODO COMPREENDIDO

ENTRE 27 DE ABRIL E

27 DE JUNHO DE 2006

1. Situação financeira da Autarquia em 27 de Junho de 2006 - Ver anexo 1 –
2. Descrição, sucinta, das principais Acções desenvolvidas ao longo do período em epígrafe - Ver anexo 2 –

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Junho de 2006

ANEXO 1

SITUAÇÃO FINANCEIRA

DÍVIDA EM 27.06.06

BANCA	7.858.945,68 EUROS
A OUTROS CREDITORES	5.188.356,83 EUROS
TOTAL	13.047.302,51 EUROS

ANEXO 2

EDUCAÇÃO

- * Conservação/Reparação de Jardins de Infância
 - . Intervenções Diversas, por Administração Directa
- * Aquisição de Equipamento Informático
 - . Aprovação de Candidatura
 - . Consulta Prévia
- * Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar/Serviço de Apoio à Família
 - . Regular Funcionamento

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Junho de 2006

- * Conservação/Reparação de Escolas do 1.º CEB
 - . EB1 da Gesteira
 - Construção de Muro de Suporte
 - Ajuste Directo e Adjudicação
 - . Intervenções Diversas, por Administração Directa
- * Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1.º CEB
 - . Contrato-Programa
 - . Regular Funcionamento
- * Programa de Generalização do Ensino de Inglês no 1.º CEB
 - . Funcionamento Regular das Aulas
- * Bibliotecas Escolares
 - . Participação activa na sua dinamização, em estreita colaboração com as Escolas do Concelho
- * Projectos Escolares
 - . Agradecimento
- * Acolhimento da Casa do Ambiente/ERSUC
 - . Participação dos Alunos do Pré-Escolar e do 1.º CEB
- * Distribuição de Leite Escolar
- * CARTA EDUCATIVA
 - . Discussão Prévia

CULTURA

- * Biblioteca Municipal
 - . Aquisição de Fundos Bibliográficos
 - . Programa Integrado de Promoção da Leitura
 - *Águas Passadas que movem Moimbo!*
 - . Participação diária das Crianças do Pré-Escolar e do 1.º CEB

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Junho de 2006

- * 9.ª Semana do Livro e da Cultura
 - . Elaboração e Aprovação do Programa
 - . Organização
 - . Concretização das Acções Programadas
- * Apoios ao Investimento
 - . Transferências de Capital
- * Apoio ao Folclore, Música e Teatro
 - . Apoio Regular às Despesas de Funcionamento
- * Apoio a Festivais e Iniciativas Diversas
 - . 7.ª Mostra de Música Moderna
 - . Festivais de Folclore de Alfarelos, Samuel, Sobral, Pouca Pena, Ribeira da Mata e Cercal
- * Montagem e Desmontagem de Palcos e Pavilhões em Iniciativas Diversas no Concelho
- * Presença e Colaboração Efectiva nas Diversas Iniciativas Concelhias

DESPORTO E TEMPOS LIVRES

- * Polidesportivo da Freguesia das Degracias
 - . Construção de Balneários
 - Obra Concluída
 - “Arranjos Exteriores” em Curso
- * Piscinas Municipais ao Ar Livre de Soure
 - . Bar de Apoio - Contrato de Arrendamento
 - Concurso e Adjudicação
 - . Abertura ao Público
- * Apoios ao Investimento
 - . Aprovação // 2006 (2)
 - . Transferências de Capital
- * Apoio ao Desporto
 - . Apoio Regular às Despesas de Funcionamento

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Junho de 2006

* EVENTOS E PROVAS DESPORTIVAS - Organização

- . VIII Torneio Concelhio de Futsal

* EVENTOS E PROVAS DESPORTIVAS - Apoio

- . 11.º Saurium TT
 - Clube Tracção Total Aventuras de Soure
- . 28.º Grande Prémio de Ciclismo da ABIMOTA
 - Associação Nacional das Indústrias de Duas Rodas, Ferragens Mobiliário e Afins
- . BTT Nocturno
 - Cicloturismo/BTT - Cascos e Rolhas de Soure

* EVENTOS E PROVAS DESPORTIVAS - Louvor

- . Xadrez - Fase Final da Região Centro
 - Instituto Pedro Hispano

ACÇÃO SOCIAL

* GABINETE DE ACÇÃO SOCIAL

- Funcionamento // Balanço Maio 2004 /Maio 2006 // Três Níveis de Intervenção

- SOCIAL

- . Acompanhamento da Rede Social
- . Levantamento/Caracterização/Acompanhamento, em articulação com a Segurança Social e outras Instituições do Concelho, de situações de agregados familiares em condições sócio-económicas desfavorecidas
- . Actualização dos dados relativos à situação sócio-económica dos habitantes do Bairro situado à entrada da Vila de Soure

- APOIO À FAMÍLIA

- . 254 (duzentos e cinquenta e quatro situações sinalizadas de crianças/jovens, oriundas das 12 (doze) Freguesias do Concelho
 - 11 - nos Jardins de Infância
 - 110 - em Escolas do 1.º CEB
 - 81 - no 2.º e 3.º CEB
 - 52 - nas próprias Famílias
- . 163 (cento e sessenta e três) crianças/jovens já foram alvo de atendimento personalizado, primeiro com a Família, depois em sessões individualizadas, no Gabinete de Apoio à Família
- . Articulação Escola/Família

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Junho de 2006

- . Articulação com a ECAE (Equipa de Coordenação dos Apoios Educativos)
 - . Acompanhamento de 4 (quatro) situações sinalizadas na CPCJ (Comissão de Protecção de Crianças e Jovens)
 - . Acompanhamento regular dos casos seguidos pelo PIIP (Projecto Integrado de Intervenção Precoce/Crianças dos 0 aos 3 anos) - Núcleo de Soure
- PEDAGÓGICO
- . Apoio directo aos Alunos em 2 (duas) Escolas do 1.º CEB - Degracias e Melriçal
 - . Apoio individualizado a 5 (cinco) casos concretos no Gabinete de Acção Social
- * NLI/RSI - Rendimento Social de Inserção
- . Participação nas Reuniões
- * Comissão de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ)
- . Participação nas Reuniões

SAÚDE

- * Eco-Saúde
- . Transporte de Utentes das Freguesias de Brunhós, Degracias, Pombalinho e Tapeus
- * ANMP
- . Resolução do Conselho Directivo sobre o Encerramento de Serviços de Saúde

HABITAÇÃO, URBANIZAÇÃO E URBANISMO

- * Iluminação Pública
- . Prolongamentos e Requalificações da Rede
 - Diversos
 - . Aquisição de Candeeiros e Luminárias
- * Reabilitação da Sede de Junta de Freguesia de Figueiró do Campo
- . Arranjos Exteriores
 - Obra quase Concluída
- * CONCEPÇÃO/EXECUÇÃO DO PLANO DE PORMENOR DOS BACELOS - 2.ª FASE
- . Empreitada de Reabilitação da Zona Adjacente ao Polidesportivo da Palmeira
 - Guarda de Protecção e Iluminação Ascendente
- Obra Iniciada e Concluída

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Junho de 2006

- * Conservação/Reparação/Ampliação de Edifícios Municipais
 - . Remodelação da Ala Nascente do Edifício dos Paços do Concelho
 - Em Curso
 - . Remodelação das Instalações Sanitárias da Praça Heróis Coutinho e Cabral
 - Ajuste Directo
- * CONSTRUÇÃO DE PASSEIOS
 - . Alfarelos, Granja do Ulmeiro e Figueiró do Campo - Troço da EN 347
 - Obra em Curso
 - . Escada de Ligação entre a EN 342 e o Loteamento da Cerca dos Anjos
 - Adjudicação
- * Aplicação de Abrigos
- * OFICINAS E ARMAZÉNS
 - . Ampliação/Recuperação das Garagens
 - Obra em Curso, por Administração Directa
- * CASAS MORTUÁRIAS
 - . Construção/Reabilitação - Das Paróquias/Comparticipação
 - Casa Mortuária da Capelania da Fonte da Relva
 - Obra Concluída

SANEAMENTO E SALUBRIDADE

- * Rede de Esgotos Domésticos do Casal dos Bacelos/Porto Godinho e Lugares Limítrofes
 - . Obra em Curso
- * Rede de Esgotos Domésticos do Sobral e Lugares Limítrofes
 - . Obra em Curso
- * Rede de Esgotos Domésticos do Espírito Santo e Lugares Limítrofes
 - . Elaboração de Projecto
 - . Pedido de Pareceres
- * Construção de Estações Elevatórias
 - . EE em Gabrielos - Granja do Ulmeiro
 - Trabalhos a Mais
 - Início de Funcionamento

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Junho de 2006

- * Prolongamento de Colectores
 - . Ligação entre o Cemitério de Casal do Cimeiro e a EN 347
 - Adjudicação
 - . Diversos, por Administração Directa
- * Substituição de Electrobombas na Estação Elevatória, junto às Piscinas Municipais de Vila Nova de Anços
- * CEMITÉRIOS
 - . Construção/Reabilitação - Das Freguesias
 - Ampliação do Cemitério da Granja do Ulmeiro
 - Prorrogação Graciosa do Prazo
 - Obra quase Concluída
 - Ampliação do Cemitério de Queitide - Freguesia da Vinha da Rainha
 - Obra na Fase Final
- * Manutenção e Conservação das Redes Existentes
- * Manutenção e Conservação das ETAR's Existentes
- * Limpeza e Manutenção do Espaço Envolventes às Etar's
- * Limpeza de Fossas
- * Recolha Sistemática e Regular do Lixo em todo o Concelho
- * Lavagem Periódica e Manutenção Regular de Contentores

PROTECÇÃO CIVIL

- * ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE SOURE
 - . Apoio Regular às Despesas de Funcionamento
 - . Transferências de Capital
- * SEGURANÇA PÚBLICA
 - . Novo Quartel da GNR de Soure
 - Inauguração Formal/Visita do Senhor Ministro da Administração Interna

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Junho de 2006

* FOGOS FLORESTAIS

- . Limpeza de Aceiros Florestais
- . Outras Acções - Prevenção
 - Limpeza da Área Circundante aos Pontos de Água
 - Verificação de todas as Bocas de Incêndio do Concelho

ABASTECIMENTO PÚBLICO - ÁGUA

- * Conservação/Reparação da Rede Existente
 - . Construção de Estação Elevatória//Casais de S. Jorge - Freguesia de Degraças
 - Ajuste Directo
- * Remodelação e Ampliação da Rede, junto às Garagens
 - . Obra Concluída, por Administração Directa
- * Substituição de Contadores de Água
- * Aquisição de Motorizadas
 - . Adjudicação
- * Substituição de Tubagens e Electrobomba Submersível na Captação da Casa Velha
 - . Por Administração Directa
- * Substituição de Tubagens e Electrobomba Submersível na Captação de Vale de Oliveira
 - . Por Administração Directa
- * Substituição de Tubagens e Electrobomba Submersível na Captação dos Casais das Camarinheiras
 - . Por Administração Directa
- * Manutenção e Limpeza de Reservatórios
- * Pintura Exterior dos Reservatórios apoiados do Concelho
- * Limpeza e Manutenção do Espaço Envolvente aos Reservatórios do Concelho
- * Prolongamento de Conduitas em Diversos Lugares do Concelho
- * Execução de Ramais Domiciliários

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Junho de 2006

DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

*** TURISMO**

- . Soure - Artesanato, Gastronomia e Cultura//2006
 - Elaboração e Aprovação do Programa
 - Organização
 - Concretização das Acções Programadas / 1.º Fim de Semana

*** Parque Eólico de Degraças e Rabaçal**

*** SALE - Serviço de Apoio Local ao Empresário**

- . Protocolo com ACIC

*** Estudo de “Desenvolvimento da Plataforma Empresarial e Logística Poli-Nucleada da Área de Influência do Porto Comercial da Figueira da Foz”**

- . Integração de mais Dois Municípios
- . Contrato de Prestação de Serviços - Aditamento

COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES - REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO

*** RECARGAS**

- . Arruamentos na Freguesia de Figueiró do Campo, por Administração Directa
 - Acesso à Sede de Junta de Freguesia
 - Obra Iniciada e Concluída
- . Arruamentos e Ligações na Freguesia de Soure, por Administração Directa
 - Diversos
 - Espírito Santo, Casal da Charneca, Assamassa e Fatacos
- . Correções da Plataforma da EN 342 entre a Camparca e Queitide, por Administração Directa
 - Diversos

*** CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DA REDE EXISTENTE - EM ZONAS URBANAS**

- . Abertura e Execução de Caminho no Casal do Cimeiro - Freguesia de Figueiró do Campo
 - Obra em Curso, por Administração Directa

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Junho de 2006

- * CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DA REDE EXISTENTE - EM ZONAS RURAIS
 - . Alargamento e Correção do Traçado do CM 1119 Soure/Bonitos
 - Obra em Curso
 - . Correção da Plataforma da Estrada de Ligação de Porto Godinho a Queitide, Freguesia de Vinha da Rainha
 - Obra em Curso, por Administração Directa

- * Sinalização Diversa
 - . Colocação de Bandas Sonoras
 - Em Brunhós
 - Em Curso, por Administração Directa
 - No Cercal - Freguesia da Gesteira
 - Em Curso, por Administração Directa
 - Na Gesteira
 - Em Curso, por Administração Directa
 - Na Granja do Ulmeiro
 - Iniciada e Concluída, por Administração Directa
 - . Pintura de Passadeiras na Vila de Soure
 - Por Administração Directa

- * Aquisição de Maquinaria e Equipamento
 - . Retroescavadora
 - Concurso Limitado

- * Beneficiação da Via Marginal ao Canal entre a Ponte de Formoselha e a Ponte do Apeadeiro de Montemor
 - . Protocolo com o INAG e o Município de Montemor-o-Velho

- * Tapagem de Buracos e Reparações Diversas

- * Corte de Silvas em Diversos Locais

- * Limpeza e Execução de Valetas

- * Limpeza e Execução de Bermas

- * Execução de Aquedutos Diversos

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Junho de 2006

DEFESA DO MEIO AMBIENTE

* JARDINS E PARQUES

- . Parque Infantil do Jardim da Várzea em Soure
 - Colocação de Novo Pavimento
 - Obra Iniciada e Concluída, por Administração Directa
- . Conservação/Reparação de Equipamentos
 - Intervenções Diversas
- . Manutenção de Parques Infantis
 - Intervenções Diversas

* Requalificação do Parque de Merendas do Choupal/Pedrogão do Pranto - Freguesia de Vinha da Rainha

- . Obra Concluída

* AÇUDES E REPRESAS

- . Limpeza Sistemática
- . Intervenções Diversas

OUTROS

* Cedência dos Autocarros Municipais em Iniciativas Diversas, designadamente nas áreas da Educação, Cultura, Desporto, Tempos Livres e Acção Social

* Apreciação do Inventário dos Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais//2005

* Apreciação e Votação dos Documentos de Prestação de Contas//2005

* GRANDES OPÇÕES DO PLANO - PPI E AMR - E ORÇAMENTO // 2006

- . Aprovação de Propostas de Alteração - 3.^a/3.^a –

* Endividamento Municipal em 2006

- . Rateio de Amortizações para Recurso ao Crédito
 - Lei de Execução do OE/2006 - n.º 4, Art.º 46.º

* Contratação de um Empréstimo a Médio/Longo Prazo

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Junho de 2006

* Recursos Humanos

- . Estágios - INTEP
- . Subsídio de Férias//2006
- . Serviço de Segurança, Higiene, Medicina e Saúde no Trabalho
 - Propostas de Implementação e do Plano de Actividades

* ANMP

- . Resolução do Conselho Directivo sobre a Venda do Património do Estado

O Presidente da Câmara,
(João Gouveia, Dr.)
2006/06/28

Usou da palavra a Senhora Deputada Dra. Isabel Verão: “relativamente à Informação Escrita, mais concretamente na Educação, gostava de colocar algumas questões: saber se a aquisição de equipamento informático se destina à implementação das tecnologias da Informação e Comunicação que estão preconizadas na nova linha definida para o 1.º CEB. Relativamente às Actividades de Enriquecimento Curricular que estão previstas, também à luz do que esta Autarquia fez no ano transacto, ou seja, a Generalização do Ensino do Inglês no 1.º CEB, com a nova política no que concerne à implementação da Música, da Expressão Dramática e das Actividades Desportivas, saber qual é a receptividade deste Executivo quanto a esta nova realidade que se traduz numa mais valia para os nossos jovens contribuindo para diminuir o seu insucesso.

Está-se a criar um Agrupamento Vertical que inclui a Escola Secundária, portanto, o 3.º Ciclo, gostaria de saber se, de facto, isto será também uma mais valia para o Concelho no sentido de novas ofertas aos alunos em termos dos cursos que são proporcionados e também na perspectiva de fixar os alunos do nosso Concelho a estudar até ao 12.º ano e ingressarem no Ensino Superior.

Relativamente às Bibliotecas Escolares e à 9.ª Semana do Livro e da Cultura, queria dar os parabéns pela continuidade do investimento neste projecto, parece ser de grande qualidade, neste caso na pessoa da Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno e dizer também que o Executivo está de parabéns porque já está a implementar um novo Plano de Leitura Nacional.

Penso que as Bibliotecas têm também uma fase multimédia a nível da Internet, foi o que percebi da leitura de alguns pontos de uma acta da Câmara Municipal.

Relativamente aos Tempos Livres, parece-me que é dada uma importância continuada ao investimento e desenvolvimento das actividades desportivas. Quanto às Piscinas Municipais ao Ar Livre, há um alargamento de atendimento ao público e gostava que isso fosse explicado.

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Junho de 2006

No que toca a Eventos e Provas Desportivas, na modalidade de Xadrez, foi atribuído um voto de Louvor ao Instituto Pedro Hispano, sinceramente não estou dentro deste assunto mas gostava de me congratular.

Relativamente à Acção Social, por toda a descrição que vem sendo habitualmente feita sobre este assunto, parece-me que há um grande dinamismo e continuidade deste projecto em articulação com o aspecto social de apoio à família.

Na Saúde havia, de facto, questões a focar mas é uma questão que está agendada nesta Ordem de Trabalhos, certamente será dada uma ênfase especial.

Gostava de realçar a ampliação que está a ser feita no Cemitério da Granja do Ulmeiro que está praticamente terminada.

Na Segurança Pública gostava de realçar e mostrar a minha satisfação pelo funcionamento dos novos equipamentos, que já estavam a funcionar mas que, do ponto de vista formal, foram inaugurados e gostava de saber se, de facto, há vantagens ou desvantagens para o Concelho na deslocação do Destacamento da GNR para o Concelho de Montemor-o-Velho.

Fogos Florestais, parece-me que, no âmbito do Plano Nacional da Floresta Contra Incêndios, estão a ser tomadas algumas medidas, e gostava que as mesmas fossem clarificadas numa aposta clara à prevenção fazendo também votos para que, de facto, a probabilidade de se registarem incêndios seja muito diminuta.

Relativamente ao Abastecimento Público de Água, há aqui várias intervenções, várias substituições e congratulo-me mas não sei bem qual é a dimensão deste processo.

No Desenvolvimento Económico, sobre o Soure - Artesanato, Gastronomia e Cultura, tanto quanto sei, abriu da melhor forma; gostava de cumprimentar os responsáveis por estas iniciativas e que concretizem os objectivos neste projecto. Penso que, tanto quanto percebi, as infra-estruturas estão de acordo com as normas de Qualidade e Higiene, com qualidade bastante superior.

É referido o SALE - Serviço de Apoio Local ao Empresário, li numa acta da Câmara Municipal, e não percebi muito bem o que está por executar...

Também realçar a colocação de bandas sonoras na Granja do Ulmeiro que penso que estão terminadas e, finalmente, queria mostrar a minha satisfação por algumas iniciativas que o Executivo tem na cedência de autocarros municipais, iniciativas diversas, o que permite aos munícipes terem contacto com outra realidade.”

Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara: “como compreendem, a intervenção teve um conjunto alargado de questões, pedidos de esclarecimento e considerações. Procurarei ser breve sendo que, com a autorização da Assembleia Municipal e por uma questão de maior rigor de informação, às questões colocadas ou aos esclarecimentos solicitados sobre Educação e Cultura, será a Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno que irá procurar responder.

Piscinas Municipais ao Ar Livre de Soure... é evidente que, anualmente, temos recorrido à figura do contrato de arrendamento, após abertura de concurso, para a exploração de um pequeno bar de apoio.

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Junho de 2006

Em termos de Abastecimento Público de Água, referiu que há um conjunto de aspectos que não terá compreendido mas, essencialmente, importará referir o seguinte: sem prejuízo de um conjunto de intervenções de natureza regular e sistemática há uma pequena novidade... Se repararem, foram feitas três substituições de tubagens e electrobombas submersíveis em três diferentes captações: Casa Velha, Vale de Oliveira e Casais das Camarinheiras; isto quer dizer que depois de um extenso investimento nos treze subsistemas e do investimento permanente no controle químico-bacteriológico, os serviços estão agora a fazer, sempre que possível e de forma preventiva, a substituição quer das electrobombas, quer das tubagens para diminuir a probabilidade de ocorrerem avarias durante as épocas de maior consumo.

Em matéria de Segurança Pública, referiu-se à questão da Visita/Inauguração Formal, por parte do Senhor Ministro da Administração Interna, ao novo Quartel da GNR e pôs uma questão muito concreta, a da criação do Destacamento Territorial de Montemor-o-Velho e o facto do Posto da GNR de Soure passar a depender desse novo Destacamento... o novo Posto da GNR de Soure é considerado, por todos aqueles que conhecem a realidade nacional e não só, um posto modelar e encontrámos uma solução para um problema que era o de termos um equipamento mal localizado, obsoleto e “impróprio para consumo”, em termos de prestação destes serviços. A questão que agora se coloca é de que deve o Quadro de Pessoal do Posto da GNR de Soure, que prevê vinte e cinco unidades, ter ao seu serviço as vinte e cinco unidades e não apenas vinte e uma para que também aqui, em vez de se praticar o chamado patrulhamento atrás do crime, possa haver meios para patrulhamento programado/planeado, também de forma preventiva. Já de há uns anos a esta parte havia quem defendesse, dentro da GNR, o aumento do número de destacamentos territoriais porque se entendia que havia destacamentos territoriais que coordenavam um número muito elevado de Postos da GNR e que havia que criar, também nesse domínio, uma proximidade. Um despacho de Janeiro de 2005, de um Membro do Governo do então Primeiro Ministro Dr. Pedro Santana Lopes, consagrou a criação de um novo Destacamento Territorial, o de Montemor-o-Velho, que passaria a integrar o Posto de Montemor que dependia de Cantanhede, alguns postos de Freguesias próximas do Concelho da Figueira da Foz que até aí dependiam da Figueira da Foz, outros de Coimbra que dependiam de Coimbra, o de Soure, que estava na dependência do de Coimbra...

A situação foi explicada e penso que nesta lógica “geográfica” se percebe a centralidade que então foi definida. Esta questão veio a “talhe de foice” porque de forma muito leve, superficial, como a implementação prática disto ocorreu em Maio de 2006, alguns quiseram fazer crer que em Maio de 2006 teríamos perdido o que quer que fosse, naquela onda de dramatismo que os mesmos tentam vender/impôr no Concelho e no País, insinuando/afirmando de que é tudo para fechar... mas o que é facto é que devemos falar sempre com verdade e repudiar a mentira... Respondendo à sua questão, penso que, apesar de tudo, teremos algumas vantagens em estar dependentes, a ter que o estar, de um Comando situado em Montemor-o-Velho comparativamente com um situado em Coimbra; desde logo, não obstante o Concelho de Soure ser aquele que apresenta menor

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Junho de 2006

taxa de criminalidade de entre todos os Concelhos do Litoral, do Distrito de Coimbra, o chamado Baixo Distrito, também não é menos verdade que sendo-o, são exactamente as Freguesias de Granja do Ulmeiro e Alfarelos, designadamente a Granja do Ulmeiro, que apresentam maior criminalidade e tanto assim é que em 1999 chegou a ser admitida/adiantada a possibilidade, por um então Secretário de Estado, de se construir um Posto da GNR na Granja do Ulmeiro, aliás, matéria com a qual a Câmara Municipal sempre se solidarizou. Os Governos foram mudando e esse investimento não aconteceu mas, a ser assim, é preferível termos um Comando em Montemor-o-Velho porque permite uma melhor cobertura dada a grande proximidade... reparem, o Concelho de Soure vai até metade da ponte que entra em Montemor; até aqui, se houvesse um acidente do lado de cá de metade da ponte, tinha que vir alguém de Coimbra ou de Soure porque Montemor pertencia a Cantanhede, agora não, se houver, estão ali a 500 metros; eu diria que, ao contrário do que quiseram fazer crer, Soure não foi despromovido, Soure passou a ter um novo Posto da GNR!... viu foi deslocada a sua dependência em termos de Destacamento Territorial... quanto a essa zona do Concelho - Alfarelos/Granja do Ulmeiro -, só haverá claramente a beneficiar com isto, na impossibilidade de, ao longo destes anos, ter ocorrido um investimento num novo Posto da GNR. Esta é a verdade factual...

Desenvolvimento Económico - SALE... a Câmara Municipal, em momento algum, no passado, no presente e no futuro, se imiscuiu ou pretenderá imiscuir naquilo que deve ser a gestão autónoma dos interesses dos empresários, mas não pode nem deve ignorar que perante a inépcia/ineficácia das Associações de Empresários que têm existido em Soure cumpre-nos, pelo menos, ao chamado Pequeno Empresário, que não tem dimensão para ter acesso à informação, procurar assegurar uma resposta... designadamente, para aqueles que até para a realização de pequenos investimentos não têm possibilidades, de a ela ter acesso e, por via disso, podem passar ao lado de poder retirar/obter apoios que estão previstos num conjunto de Programas... portanto, a estratégia, para já, assenta num acordo de colaboração com a ACIC; Subscrevemos um Protocolo, que já foi aprovado, por unanimidade, em reunião de Câmara e pensamos que, a muito curto prazo, deverá entrar em funcionamento um Serviço de Apoio Local ao Empresário, sendo que dois dos Técnicos da Câmara têm tido já reuniões com os serviços técnicos da ACIC no sentido de passar a haver um espaço que receberá esses empresários, acolherá as suas dúvidas e, com resposta directa ou indirecta, porque estão em contacto com os técnicos da ACIC, procurarão apoiar os mesmos, preferencialmente os que mais precisam, dar-lhes o encaminhamento possível para obterem qualquer forma de apoio à questão que os estiver “a preocupar”.

Rede Viária, Bandas Sonoras... nós estamos, de forma gradual e por administração directa, a investir na colocação de bandas sonoras porque o significativo investimento que tem vindo a ser feito na Rede Viária, mesmo em termos urbanos, nas zonas mais densamente povoadas, em termos de requalificações ao nível de construção de passeios, não evitam que, em nome da segurança, tenhamos que fazer este tipo de investimento, não obstante a incomodidade que causam aos automobilistas, mas os serviços estão a

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Junho de 2006

fazê-lo nos termos da lei... as bandas podem ser ligeiramente mais altas ou mais baixas mas nunca podendo exceder uma altura máxima, porque se a ultrapassarem, qualquer acidente é da responsabilidade da entidade que fez o investimento... portanto, os serviços estarão a respeitar aquilo que são os normativos aplicáveis a esses investimentos. Agora, é evidente que o ideal era termos chegado a um ponto, designadamente nalguns casos, em que com a simples existência de passeios houvesse, paralela e cumulativamente, um civismo e uma mentalidade que tornasse desnecessário este tipo de investimento, mas isso não constitui ainda uma realidade e, portanto, é, acima de tudo, em nome da melhoria dos níveis de segurança e complementando outro tipo de investimentos, que estamos a fazer este tipo de aposta gradual.

Sobre o comentário que foi feito sobre a questão da utilização dos autocarros municipais, devo dizer que é uma aposta que tem uma dezena de anos, vamos no quarto mandato com a mesma; tem custos, mas consideramos que não deixa de ser um fortíssimo investimento no apoio à Cultura, ao Desporto, à Acção Social e a outro tipo de actividades de lazer e tempos livres até porque, normalmente, aqueles que são mais “atingidos”/contemplados por essa possibilidade são, digamos, pessoas que, de forma desinteressada, disponibilizam muito do seu tempo livre a estas actividades.”

Usou da palavra a Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno: “relativamente ao equipamento informático, esta aquisição integra-se num conjunto de acções que a Autarquia tem vindo a promover para familiarizar, cada vez mais precocemente, a população escolar e também os munícipes do Concelho com as Novas Tecnologias de Informação e Comunicação. Começámos, em 2001, por equipar todas as Escolas do 1.º Ciclo com equipamento informático e ligação à Internet, depois, perante uma Candidatura ao PRODEP, passou a haver equipamento informático em todas as salas de aula do 1.º Ciclo. Agora é a vez do Pré-escolar passar também a estar dotado de equipamento informático embora, neste momento, não com ligação à Internet. Cada um dos treze Jardins de Infância do Concelho, receberá um computador, impressora multi-funções e software educativo. Este é o resultado de uma Candidatura apresentada ao POS-C e que foi aprovada. Naturalmente, esta questão articula-se com outras acções, como por exemplo uma Candidatura ao POS-C para que na Biblioteca Municipal, em vez de apenas um acesso público gratuito à Internet, passe a haver seis acessos públicos; essa Candidatura também já foi aprovada, estamos agora a aguardar a aprovação do mesmo tipo de candidatura para que o Museu Municipal passe a estar dotado com cinco postos públicos de acesso à Internet conjugado com o espaço Internet Wireless, apresentado ao Programa LEADER +, esse também já aprovado. Depois será uma questão de articularmos os horários de todos estes equipamentos para que os munícipes possam ter gratuitamente o acesso a estas novas tecnologias de informação e comunicação.

Relativamente à questão do Programa de Generalização do Ensino de Inglês, que teve início o ano passado e que decorreu de forma bastante positiva, todos os alunos do 3.º e 4.º anos do Concelho de Soure, independentemente do local onde a sua Escola fica situada, tiveram acesso a esse Programa. Recentemente, foi publicado um Despacho do

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Junho de 2006

Ministério da Educação que visa, não só a continuidade do Programa de Generalização do Ensino do Inglês ao 3.º e 4.º anos mas também, para todos os anos de escolaridade - do 1.º ao 4.º -, a integração de novas actividades, designadamente a Música, a Actividade Física e Desportiva e também o Apoio ao Estudo. Naturalmente que a Autarquia estabeleceu uma parceria que é obrigatória, com o Agrupamento de Escolas de Soure, à semelhança do que aconteceu para o ensino de Inglês; já está feita uma “mancha” horária por forma a que todos os alunos das Escolas do 1.º Ciclo tenham acesso a todas as actividades previstas.

Com estas Actividades de Enriquecimento Curricular, os alunos passarão a estar na Escola até às 17.30 horas, tal como é preconizado pelo Despacho do Ministério da Educação; o Apoio ao Estudo é da responsabilidade dos Professores do Agrupamento, as restantes horas em que os alunos não estão ocupados com este tipo de actividades, deverão estar envolvidos em actividades lúdicas, com recursos humanos do Agrupamento, da Autarquia e de outras entidades parceiras. A Autarquia acompanhará para que deste processo os alunos do Concelho tenham acesso a todas estas actividades com a melhor qualidade possível. Estamos a fazer tudo para que o próximo Ano Lectivo arranque com a serenidade possível e com tudo aquilo a que as crianças têm direito.

Relativamente à questão do Agrupamento Vertical, agora passará a incluir a Escola Secundária, uma vez que já havia um Agrupamento que abrangia os níveis de Ensino do Pré-Escolar ao 3.º Ciclo. Entretanto, a Direcção Regional de Educação do Centro decidiu que deveriam todas as Escolas do Concelho estar agrupadas num Agrupamento Vertical que passasse a abranger a Escola Secundária. Esta decisão da DREC veio ao encontro daquilo que foi um Parecer, por unanimidade, do Conselho Municipal de Educação que considerou fundamental a existência de um equilíbrio entre a oferta e a procura educativa. Naturalmente, o objectivo será o de melhor rentabilizar os recursos educativos disponíveis e, desta forma, procurar evitar situações de subutilização e de sobreutilização e, conseqüentemente, proporcionar melhores condições de ensino/aprendizagem aos alunos do Concelho. Trata-se de melhor rentabilizar e racionalizar tanto recursos físicos como recursos humanos e isso foi entendido, unanimemente, pelo Conselho Municipal de Educação e pelas Escolas envolvidas. O Agrupamento Vertical de Escolas, decidido pela DREC, levará a uma organização específica da Comunidade Educativa. Poderá influenciar positivamente a questão da Articulação Vertical de Programas de que tanto se fala, mas que às vezes, na prática, nem sempre é possível porque cada um está no seu “cantinho”. Haverá um Conselho Pedagógico único, um Conselho Executivo, uma Assembleia de Escola única e isso, naturalmente, aproximará docentes, pais, alunos e funcionários de toda a comunidade educativa do Concelho. Será uma grande comunidade em que o diálogo entre todas as partes deverá ser sempre possível.

A Senhora Deputada abordou a questão da fixação de alunos no Concelho. É muito importante que os alunos vão ganhando cada vez mais raízes às suas Escolas. Tem havido também uma grande preocupação em captar e fixar os alunos; por exemplo, a Escola Secundária Martinho Árias tem já uma óptima oferta de Cursos Tecnológicos e Profissionais que vieram colmatar algumas lacunas a esse nível. Sabemos que nem todos

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Junho de 2006

os alunos pretendem prosseguir estudos superiores; o acesso a cursos diversificados de âmbito profissional dá-lhes, não só a habilitação académica, mas também uma habilitação profissional e quanto melhor for essa oferta, tanto mais possibilidades teremos de fixar alunos no nosso Concelho.

Relativamente à questão das Bibliotecas Escolares que ligou, e bem, à organização da 9.^a Semana do Livro e da Cultura e ao Plano Nacional de Leitura, podemos afirmar que já estamos num Plano Local de Leitura há vários anos, com o Programa Integrado de Promoção da Leitura que, tal como este Plano Nacional de Leitura, o que preconiza é que as crianças tenham acesso ao livro e à leitura cada vez mais precocemente porque está, efectivamente, provado que quanto mais cedo as crianças têm acesso a esse bem essencial, que é o livro mais positivos serão os resultados também ao nível do conhecimento e da formação pessoal. Se as novas tecnologias de informação são importantes, a relação que se estabelece com o livro é diferente e, talvez, muito mais afectiva. A Autarquia organiza este Programa tendo, anualmente, educadoras requisitadas só para esta finalidade a trabalhar com toda a equipa da Biblioteca Municipal. Assim, todos os dias, na Biblioteca Municipal, há crianças do Concelho a participar em programas extremamente enriquecedores ao nível da promoção e da criação de hábitos de leitura e, sobretudo, da motivação para o prazer de ler.

A 9.^a Semana do Livro e da Cultura foi, realmente, um conjunto de dezanove acções diversificadas, ligadas à Educação, à Cultura e, sobretudo, ao envolvimento concelhio de muitos grupos culturais, da população escolar e, naturalmente, do público em geral que, como sempre, selecciona as acções que mais lhe agradam.

Relativamente ao Gabinete de Acção Social, tem desenvolvido um conjunto de serviços extremamente úteis e também, de alguma forma, inovadores. Há um envolvimento muito grande da população escolar com este gabinete, das famílias que o procuram com muita regularidade, como se vê pelos números apresentados. É importante referir a articulação com outros serviços, como por exemplo, com a Equipa Coordenadora de Apoios Educativos do Agrupamento. É muito mais fácil, neste momento, detectar dificuldades de uma forma mais precoce e fazer o encaminhamento mais correcto das situações com necessidade de Apoio Educativo. Todos sabemos que problemas, sobretudo, do foro psicológico quanto mais precocemente forem detectados, tanto melhores serão os resultados e este gabinete funciona, sobretudo, a nível da prevenção e, naturalmente, da atenuação destas questões.”

Usou da palavra o Senhor Deputado Dr. Serralha Duarte: “algumas questões já aqui foram respondidas, portanto, dispenso-me de fazer qualquer abordagem sobre elas.

Na área da Protecção Civil, na rubrica Fogos Florestais, saber o que foi feito na verificação de bocas de incêndios. Decorrente dessa verificação e reparação e de uma sugestão já aqui feita nesta Assembleia, a questão do acesso às bocas-de-incêndio. Estamos a entrar no Verão, ninguém adivinha como vai ser daqui em diante e no seguimento dessa proposta, foi dada uma resposta mais ou menos evasiva à questão do acesso às bocas-de-incêndio. O acesso às bocas de incêndio não pode ser privilégio dos

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Junho de 2006

Bombeiros, há outras entidades que devem ter acesso às mesmas e refiro-me, nomeadamente, às Juntas de Freguesia, aos três elementos da Junta que, normalmente, são pessoas dispersas por dois ou três lugares de cada Freguesia e que deviam possuir, ou através de Protocolo ou apenas de uma tomada de decisão, o acesso (chave, possibilidade legal concedida pela Autarquia), porque as Juntas de Freguesia são Autarquias Locais e julgo que não haverá excesso de confiança, a água está lá para usar e é estritamente para usar em casos de incêndio, na área da Protecção Civil e, portanto, pergunto se nessa área está a ser feito, ou formalizada, alguma coisa no sentido de, rapidamente, ajudar as populações no acesso imediato a esse recurso precioso que é a água para resolver os problemas que todos nós bem conhecemos.”

Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara: “o alcance da expressão usada na Informação Escrita - Verificação de Bocas de Incêndio -, de facto, é uma expressão inconsequente porque como disse, e bem, verificar por verificar, não valeria a pena. A verificação decorreu, esteve integrada num Programa de Preparação do período sazonal mais propenso a fogos e, entre outras coisas, foi determinado que os serviços ligados à Protecção Civil avaliassem das condições em que se encontravam todas as bocas de incêndio e todos os pontos de água e, nos casos em que existissem quaisquer dificuldades na sua utilização, que providenciassem a reparação adequada e isso culminou com uma informação que foi dada na reunião de Câmara de 25 de Maio, em que os serviços, após a volta concelhia considerada adequada, nos tranquilizaram dando nota das boas condições de funcionamento dos pontos de água e das bocas de incêndio.

Quanto à segunda questão que diz que eu dei uma resposta evasiva... talvez, sinceramente, foi a primeira vez que percebi a questão do acesso às bocas de incêndio e se terei, porventura, dado uma resposta evasiva quando a questão me foi colocada é porque teria ficado a pensar que estaríamos a falar de acesso tipo limpeza de aceiros ou o que quer que fosse... o que lhe posso dizer é o seguinte: chamei o Senhor Chefe de Gabinete, que continua a representar-me na Protecção Civil e, de facto, a preocupação que expendeu é pertinente, o acesso às bocas de incêndio requer a utilização de algum equipamento específico, como mangueiras adequadas... quando refere que deverão os Autarcas de Freguesia, porque nos merecem toda a confiança, particularmente de zonas mais distantes, ou da sede dos Bombeiros ou de extensões existentes como é a da Granja do Ulmeiro, ter a possibilidade de acesso... por aquilo que percebi, não é uma questão de possibilidade de acesso em termos de autorização, é uma questão de eles terem equipamento para o fazer e penso que é uma boa sugestão e vou determinar aos serviços que, rapidamente, reúnam com esses autarcas nesse sentido; não se trata de lhes dar autorização, essa nunca foi proibida, é no sentido de lhes dar a possibilidade efectiva de, em tempo útil e porventura antecipando qualquer intervenção dos organismos vocacionados, poderem utilizar, com o sentido de responsabilidade que qualquer autarca tem.”

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Junho de 2006

Usou da palavra o Senhor Deputado José Rodrigues Nunes: “começo por falar na Acção Social. É de realçar a preocupação constante que o Executivo coloca neste problema, os números falam por si e não há dúvidas que a preocupação do Executivo é, inevitavelmente, ajudar os que mais necessitam.

Também nessa questão reparei em cinquenta e duas acções nas próprias famílias e julgo que deveria haver um critério para dar apoio às mesmas porque, certamente é do conhecimento geral, não nos devemos guiar muito pelo coração mas pela cabeça porque há muitas pessoas que vêm chorar, nomeadamente não só na nossa Autarquia como a nível nacional, e muitos não procuram a sobrevivência porque alguém ajuda não precisando sacrificar... há muitos que não se preocupam em arranjar meios de sobrevivência porque o Estado paga... bom, isto é um reparo que faço, não estou aqui a dizer que as pessoas menosprezaram este caso mas é minha intenção que pensem nisso.

O abastecimento público de água é um bem essencial, não só para a sobrevivência humana como também para acudir aos incêndios. Temos que saber poupar a água e, por conseguinte, acho que as pessoas, muitas vezes, andam a regar jardins com água da rede, embora a paguem, mas mesmo pagando julgo que deveria haver contenção; outros até se dão ao luxo de encher os depósitos para reservas de água... devia haver mais fiscalização. Quanto à substituição de tubagens e captações de água que ficam “de reserva” para quando umas avariarem, é de salientar que essa intervenção seja feita e é de louvar essa preocupação por parte da Autarquia.

Também queria dizer que em relação à correcção de bermas na EN 342, entre Camparca e Casal de Almeida, é uma medida eficaz, estava bastante necessitada, é uma via com bastante trânsito, sobretudo pesado, mas também seria de esperar que, dentro das possibilidades, houvesse uma correcção de traçado pois julgo que seria benéfico para quem utiliza aquela via.

Devo acrescentar de que há pouco tempo tive ocasião de visitar as obras do cemitério de Queitide, que estão prestes a chegar ao seu terminus, é uma obra essencial e necessária e, de facto, é uma obra que está à vista e que merece todo o nosso apoio.

No Pedrógão do Pranto, não há muitos dias, foi “inaugurado” o Parque de Merendas. A população beneficiou com isso, tenho ouvido os melhores elogios a esse respeito, é frequentado por muitos veraneantes e locais que dizem que foi uma excelente obra.

A Rede de Esgotos de Porto Godinho/Casal dos Bacos é uma obra em curso. Gostaria de saber se é possível o Senhor Presidente da Câmara adiantar alguma coisa, para quando vislumbra algo mais para além disso, para quando se perspectiva uma rede de esgotos para os restantes lugares da Freguesia que bem necessitam e que tão mau cheiro deita para as valetas.”

Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara: “o Senhor Deputado fez um conjunto de considerações sobre a possibilidade de, por vezes, haverem pessoas que com algum oportunismo tentam isto e aquilo junto do Estado... gostaria de lhe dizer o seguinte: compreendo a preocupação, não podemos evitar que essas tentativas surjam aqui e além mas, no que diz respeito ao Gabinete de Acção Social, ele não lida propriamente com

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Junho de 2006

dinheiros, é apoio psicológico, apoio familiar... essa questão não se colocará e mesmo nos Auxílios Económicos, há uma caracterização prévia social, económica do agregado, assente em elementos oficiais que são juntos ao processo... temos boas razões para crer que naquilo que toca aos dinheiros públicos municipais encaminhados para esses fins, não deverá existir qualquer problema, mas compreendemos perfeitamente que tenhamos todos a sensação que, por vezes, há por aí, não apenas no nosso Concelho, uma certa tendência para o aparecimento de casos dessa natureza.

Relativamente à questão sobre Rede Viária e da ligação Soure/Louriçal e que chamou Camparca/Casal de Almeida... quero abordar esta questão até porque não terei sido completamente claro numa das últimas Sessões da Assembleia Municipal, quando o Deputado António Simões de Almeida me colocou algumas questões sobre o investimento na mesma, e não terei sido claro porque depois, quando tive oportunidade de ler as actas que hoje aprovaram, percebi que não tinha enfatizado uma característica que é fundamental para que compreendamos a estratégia de investimento nessa via, é que essa via, há doze anos, foi desclassificada quando então foi feita uma obra de beneficiação pela Direcção de Estradas de Coimbra muito reclamada... mas também não é menos verdade que entretanto, e de acordo com o Plano Rodoviário actualmente em vigor, essa é uma Estrada Regional, uma ER, isto é, ela teve como que uma reclassificação. O que é que isto quer dizer? Isto foi no pressuposto que haveria Poder Regional, ora, como sabem, entretanto não houve Poder Regional, não houve regionalização mas há uma coisa que ficou clara, é que aquilo que foi reclassificado como Estrada Regional, mais tarde ou mais cedo, terá que ser o Poder Central a ter que fazer o investimento... esse é o investimento de correcção de traçado de Soure ao Louriçal, no fundo, de ligação ao Nó da A17, junto ao Louriçal. Será, inevitavelmente, um investimento a fazer pela Administração Central; agora, a questão é que com as utilizações abusivas que foram feitas em termos de pesagem da via, havia como que um conjunto de crateras e a Câmara Municipal não podia dizer isto aos munícipes mas, ao mesmo tempo, ao menos não corrigir as crateras que lá estão e, portanto, os serviços da Câmara não estão a fazer a correcção estrutural que, porventura, se impunha, estão a fazer a correcção que tem que ser feita sob pena de estarmos a permitir, por omissão, a contribuir para o aparecimento de acidentes porque a ligação que referiu, designadamente, da Camparca ao cruzamento para o Casal de Almeida, de facto, estava a ficar com desníveis, nas curvas, verdadeiramente inqualificáveis. Que fique claro, não é uma reparação estrutural, é a reparação possível de uma Câmara Municipal com respeito pelos munícipes, e não só, porque se trata de uma Estrada Regional.

Evidentemente que fico satisfeito por se congratular com um conjunto de investimentos, designadamente, na Freguesia de Vinha da Rainha, mas quanto à questão da Rede de Esgotos de Casal dos Bacelos/Porto Godinho... das obras em curso é aquela que teve uma paragem; houve como que um deslocamento do tanque da ETAR e os nossos serviços perceberam que houve alguma descomunicação, algumas dificuldades de imputação de responsabilidades ao empreiteiro a quem foi adjudicada a obra... a verdade é que a obra já foi retomada, sendo esta a indicação que tenho do Chefe de Divisão de

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Junho de 2006

Obras Públicas, Eng.º Mário Monteiro, isto é, o empreiteiro a quem a obra foi adjudicada, depois de notificado pela Câmara e de insistência formal porque, como sabe, estávamos a evitar recorrer a vias judiciais, retomou a obra, o que significa que nos iremos confrontar com uma prorrogação de prazo.”

Usou da palavra o Senhor Deputado Eng.º José Lopes: “vi, de facto, alguns trabalhos que já decorreram mas na Sessão da Assembleia de Fevereiro demos conta de uma visita que fizemos a Vila Nova de Anços e, nessa altura, foi-nos dito que alguns dos pontos levantados, não é que seja uma rua especial mas foi o exemplo que demos na altura, que foi a Rua D’EL Rei, seria beneficiada com planeamento para Abril, é um facto que estamos em Junho e continuo a não ver iniciados nem planeados os trabalhos.

Também nessa visita tínhamos falado sobre o encaminhamento da saída dos esgotos, das águas que vêm da ETAR, para uma zona muito mais longe da zona escolar de forma a proteger a saúde das nossas crianças dessa Freguesia. Até hoje acho que nada foi feito nesse sentido e gostaria de saber... não sei se o Senhor Presidente da Junta tem alguma coisa a dizer sobre isso, de qualquer maneira gostava de deixar essa questão ao Executivo. Sobre o Gabinete de Apoio ao Empresário, tenho a informação que seria designado um técnico da Câmara para receber formação... gostaria de saber quem é esse técnico e se, de facto, já recebeu essa formação.

Piscinas Municipais, gostaria de saber se os técnicos que estão a acompanhar os utentes dessas piscinas tiveram ou têm formação com o Instituto de Socorros a Náufragos, que me parece que a lei obriga neste momento. Não tenho a informação clara sobre isso mas também gostaria de saber se os técnicos estão preparados para os socorros a qualquer acidente que possa acontecer às nossas crianças.”

Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara: “Vila Nova de Anços... algumas questões em termos de iluminação pública, que também foram referidas nessas actas, já foram resolvidas e quanto aos atapetamentos, quer esse de Vila Nova de Anços, quer a ligação Cercal/Carvalhal de Azóia, quer um à entrada de Figueiró do Campo, são obras adjudicadas ainda não consignadas que tudo apontava para que estivessem já feitas, mas ainda o não estão, portanto, a todo o momento aguardamos que os empresários a quem foram adjudicadas as mesmas que as venham fazer; são obras de realização rápida, admito que o adiamento em Vila Nova de Anços os tenha levado a refazer o seu calendário de obras e, portanto, o que lhe posso dizer é que a todo o momento as obras deverão ser iniciadas e concluídas.

A questão que referiu, e bem, e que nos preocupa... vamos ver o tipo de intervenção que poderemos fazer na questão de drenagens e reencaminhamento atrás da escola. Ainda não tenho, por escrito, uma avaliação técnica sobre a intervenção que, pelo menos, atenua, não digo que resolva estruturalmente a questão mas, certamente, antes do início do ano lectivo é natural que tenhamos a situação significativamente controlada.

Desenvolvimento Económico, quais os técnicos... os técnicos que já foram à ACIC e que já recolheram os elementos necessários e ficaram com os contactos considerados

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Junho de 2006

adequados para poderem prestar informações são os Técnicos Superiores Ivo Costa e Susana Gaspar.

Questão do acompanhamento das piscinas... normalmente, neste período sazonal, admitimos seis jovens, de ambos os sexos que, entre outras coisas, saibam nadar e, normalmente, um nadador salvador e há a preocupação de escolher pessoas preparadas para qualquer situação de emergência, aliás, mais do que as minhas palavras, são anos de funcionamento. De qualquer forma, independentemente de tudo, tenho que mandar verificar se isto está a ser feito no respeito total, não apenas pelo bom senso e pela segurança pela qual todos devemos pugnar, mas também pela legislação aplicável ao funcionamento destes equipamentos.”

Usou da palavra o Senhor Deputado Dr. Francisco Malhão: “gostaria de começar por onde acabou a minha colega da Bancada do PS, felicitando a Câmara Municipal pela cedência dos autocarros para excursões, que a população de Figueiró tem utilizado, através das várias colectividades.

Queria dar-vos nota da visita dos eleitos da CDU à Freguesia de Figueiró do Campo, realizada no dia 14 de Maio de 2006. Correndo o risco de algumas questões que tenho para apresentar possam, eventualmente, estar resolvidas, ficaria muito satisfeito porque seria já um resultado da nossa visita, nomeadamente a questão dos passeios na EN 347 e na Informação Escrita diz Obra em Curso, não me apercebi disso, não sei se começaram em Alfarelos, em sítios onde não costumo passar, é uma necessidade e espero que, de uma vez por todas, ela se faça.

Notámos, por quase todos os lugares da Freguesia, a existência de casas em avançado estado de degradação, muitas delas ameaçando a segurança de quem circula perto; tenho aqui fotografias que depois terei o prazer de vos mostrar pois vale mais uma imagem do que mil palavras.

Fomos chamados à atenção, nas populações de Casal Cimeiro, Figueiró do Campo e Ribeira da Mata, para a necessidade de construção de Casas Mortuárias para que as famílias possam velar pelos seus entes de forma melhor.

Apercebemo-nos, *in loco*, da dificuldade que há nos acessos, da perigosidade e da falta de segurança, ao Casal de São Pedro, local que já aqui referimos; a hipótese era a construção de uma rotunda ou colocar semáforos temporizados porque dois acessos ficam numa curva.

Também descobrimos que os passeios foram construídos na EN 347, no Marachão, local da Freguesia de Figueiró, o que é certo é que as tampas de saneamento ficaram cobertas e os utentes que queiram ligar ao saneamento têm dificuldade em descobrir, com certeza terão que destruir o trabalho feito.

Ainda nesta localidade, alguns populares lembraram da necessidade de fazer passadeiras. Isto é importante porque na zona há populares que andam em cadeira de rodas, têm necessidade de atravessar a estrada, fazem-no com muita dificuldade e falta de segurança. Foi-nos também referido pelos habitantes da população de Casal Cimeiro e de Figueiró do Campo a inexistência, em algumas ruas... estando a rede de esgotos mais ou menos

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Junho de 2006

consolidada, há zonas ainda onde era preciso, nomeadamente na Rua das Alagoas, Rua do Regadinho, em Figueiró do Campo e na Rua do Barroco, no Casal Cimeiro. Aguardamos que esse saneamento chegue também à Ribeira da Mata.

Como estamos a falar da Ribeira da Mata, julgo que há a necessidade de modificar aquela zona e eu perguntava se há alguma ideia, algum projecto, nomeadamente no recinto das festas.

Por fim, fomos a Belide, uma parte pertence à Freguesia de Figueiró do Campo, e colocaram-nos a questão se poderiam fazer a ligação ao saneamento básico uma vez que passa lá o colector que vai abastecer a ETAR de Figueiró do Campo, que deverá estar prestes a ser inaugurada.”

Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara: “relativamente à questão dos passeios, a informação que tenho dos técnicos é de que esse investimento teria sido retomado; de qualquer maneira, aquilo que eu disse sobre o atraso dos atapetamentos vale também para isto, a única diferença é que neste já houve uma intervenção “dura” junto de um membro da administração da empresa a quem foi adjudicada a obra, dando-lhe nota que estávamos a ultrapassar os limites do razoável em termos dos sucessivos prazos lançados.

Falou na questão de casas particulares em avançado estado de degradação e os exemplos que deu... a lei é clara sobre esta matéria e aquilo que vos posso adiantar é que a prática tem sido a seguinte: sempre que um autarca ou algum munícipe apresenta uma exposição concreta que configura um caso de degradação que provoca perigosidade tem, o Departamento de Obras e Urbanismo, feito as notificações que decorrem da lei para que os proprietários procedam às reparações que se impunham; não o fazendo, poderá a Câmara, em caso de perigosidade, fazê-lo directamente e depois, de acordo com uma metodologia legal que outros dominarão melhor, diligenciar o reembolso do investimento que tenha tido necessidade de fazer em substituição do proprietário. Esta é a metodologia e também não vejo que outra possamos ter a não ser, porventura, já em sede de IMI, em arranjarmos uma qualquer forma de majoração, qualquer forma de penalização.

Casas Mortuárias... como sabe, até porque já participou na apreciação da proposta de Plano e Orçamento aprovada para 2006, normalmente, temos vindo a consagrar um apoio à construção de casas mortuárias num montante entre os 100.000,00 euros e os 150.000,00 euros/ano que, no fundo, se fizermos contas, estamos a falar de cerca de 1% do valor, normalmente, constante do Plano de Actividades e, com esse valor, tem sido possível apoiar de forma significativa 4/5 casas mortuárias e temo-lo feito, em regime de co-financiamento, indo de encontro às dinâmicas locais. Neste momento, no que diz respeito à Freguesia de Figueiró do Campo, o pedido mais concreto de apoio, já com definição de terreno e com o projecto em curso, é oriundo do Casal do Cimeiro; de qualquer forma, é neste ritmo em que, por um lado atendemos à densidade demográfica mas, por outro lado, à dinâmica da comunidade, que estamos a apoiar dentro do esforço anual que decorre do Plano e Orçamento aprovados.

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Junho de 2006

Concordo consigo da necessidade de se melhorarem os acessos da estrada nacional que foi beneficiada no Casal de S. Pedro e é um assunto que, naturalmente, teremos que avaliar convenientemente.

Relativamente às tampas de saneamento, a informação que tive é de que já estarão a ser elevadas e repostas.

Concordo com a preocupação que expendeu de haver, não apenas semáforos mas mesmo passadeiras no Casal do Marachão, até porque, basta passarmos lá com alguma regularidade para perceber que é uma zona onde há Municípios com limitações e, por outro lado, a fluidez de tráfego é bem capaz de o justificar... teremos é que avaliar a questão com a Direcção de Estradas, pois não se trata de uma questão onde a Câmara Municipal possa tomar a decisão de *per si*, portanto, podemos e devemos apresentar sugestões que tenham em linha de conta esses aspectos mas não temos, digamos, capacidade decisória.

Questão de subsistirem pequenas bolsas de Saneamento Básico... o projecto, quando foi feito há uns anos, resolveu todos os problemas onde não havia questões, nem de quota, nem de acessibilidades. Ainda agora aprovámos, em reunião de Câmara, mais um investimento de cerca de 50.000,00 euros, aproveitando aquela abertura de caminho do Cemitério à Nacional e, porque se abriu esse caminho, foi possível fazer uma ligação e resolver o problema de uma área residencial e, portanto, outras pequenas bolsas que ainda subsistam estão a ser avaliadas e darão, certamente, lugar a investimentos complementares desta natureza.

Não existe nenhum projecto, relativamente ao Recinto de Festas da Ribeira da Mata, o que tem havido é diálogo e intenções por parte de dinâmicas locais que se têm, às vezes, substituído umas às outras, mas não está em apreciação, não há nenhum projecto, nem pedido de apoio concreto. De qualquer maneira, como sabe, trata-se de um investimento municipal, foi a Câmara Municipal que adquiriu aquele terreno, na altura, por sugestão de Autarcas Locais e de Dirigentes Associativos e quando a Câmara o adquiriu foi numa perspectiva de, em vez de andarem a pedir terrenos emprestados, criar um espaço público onde, porventura, venhamos a poder implementar equipamentos de natureza colectiva considerados prioritários.

Belide... é evidente que os Municípios de Belide vão ter essa ligação, agora, a questão que se coloca é que o Instituto de Águas, que está a gerir o Sistema Municipal, tem-nos vindo a sensibilizar para que a Etar de Figueiró do Campo possa vir também a servir o Concelho de Condeixa-a-Nova, parcialmente, de acordo com um conjunto de condições... se esse acordo não for possível, é evidente que a Câmara Municipal de Condeixa tem vindo, através do seu Presidente, a diligenciar, junto da Câmara Municipal de Soure - eu próprio -, no sentido de ser possível que venhamos a garantir o tratamento de efluentes, pelo menos, a algumas Freguesias vizinhas, num quadro perfeitamente compatível com a capacidade da Etar.”

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Junho de 2006

Usou da palavra o Senhor Deputado Eng.º João Ramos Pereira: “queria começar esta intervenção retomando uma questão do Senhor Presidente de Câmara e tem a ver com a informação relativa aos casos em contencioso que envolvem a Autarquia e recordava que o artigo 16.º, no seu ponto 1, alínea g, diz que “os elementos que devem contar da Informação Escrita do Senhor Presidente de Câmara...”, devem constar quais os processos em curso bem como a fase processual em que se encontram. Sugeriria que, futuramente, na informação que nos presta diga isso que disse aqui que, relativamente aos processos em contencioso não há evolução nenhuma e era isso que deveria vir escrito na informação, a qual é bastante minuciosa.

A segunda questão tem a ver com uma proposta que a Vereadora da CDU apresentou relacionada com a realização de mais uma Feira em Soure, ao Sábado. Na nossa perspectiva, esta feira poderá ser um elemento importante para tirar de algumas dificuldades os nossos comerciantes, como sabe, fruto da crise em que o País está, mais ou menos, mergulhado. Os comerciantes da Vila de Soure vivem algumas dificuldades e é evidente que esta feira seria mais uma oportunidade de poderem ultrapassar, minorar as dificuldades em que se encontram, por outro lado, esta feira teria um público diferente da feira de Segunda-feira uma vez que as pessoas trabalham e são impedidas de participar na feira de Segunda-feira.

Queriria referir também a questão do Plano de Protecção da Floresta... o ano passado, tivemos um índice de incêndios que transformou o nosso Concelho num dos Concelhos do Distrito de Coimbra com maior área ardida. Recordo, ainda, as imagens dramáticas que massacraram as pessoas, o empenho dos Autarcas e dos membros do Governo a darem justificações sem qualquer senso... o problema todo é que a convicção que está enraizada nos Portugueses, se calhar nos Sourenses também, é que se o ano climático for igual ao do ano passado, vamos ter que ver, novamente, estas imagens na televisão porque a sensação que temos é que, para além de muitas palavras, muitos discursos de intenções, muito ruído que se faça à volta desta questão, em termos práticos, as pessoas têm consciência de que não se faz muita coisa e espera-se é que as coisas, este ano, corram melhor por obra e graça de qualquer coisa mas não que tenhamos feito algo para nisto intervir. É óbvio que a questão dos incêndios é qualquer coisa que transcende a própria Autarquia mas então acho que a Autarquia deve fazer aquilo que lhe compete; se as coisas correrem mal, então possamos culpar outros que não a Autarquia por isso é que acho que era muito importante que se elaborem o Plano de Protecção da Floresta, Planos de Emergência eficazes e que se tivermos alguma coisa a correr mal no Concelho que não seja por nossa causa, não seja porque não fizemos tudo o que estava ao nosso alcance para resolver este problema.

Não era minha intenção referir-me ao Agrupamento de Escolas de Soure, por razões óbvias, mas já que foi feita essa referência, gostaria de fazer aqui algumas precisões. Em primeiro lugar, acho que deve ficar claro que o Conselho Municipal de Educação, que também integro, não tem nada a ver com a construção do Agrupamento de Escolas de Soure; o Conselho Municipal de Educação apenas mostrou/aprovou orientação no sentido de que é necessário rentabilizar os equipamentos educativos existentes no

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Junho de 2006

Concelho e que era necessário fazer chegar às crianças condições de igualdade em termos de aprendizagem, o que originou a mudança de alunos do 1.º Ciclo para a Escola Básica e da Escola Básica para a Escola Secundária.

Relativamente à questão do Agrupamento, gostaria de dizer que o mesmo tem, digamos, duas faces: as pessoas que o defendem dizem que o Agrupamento permite alguma coerência no Projecto Educativo porque permite uma melhor ligação entre os ciclos; dá, à estrutura orgânica criada, uma escala que permite aguentar melhor até em termos da concorrência, mas também tem a outra face, a qual não deixa de ter as suas preocupações, por exemplo, o futuro Agrupamento de Escolas é, provavelmente, o maior do País: terá 264 professores, 90 funcionários e quase 2000 alunos dispersos por 46 Escolas. Isto, obviamente que põe, à futura gestão do Agrupamento, problemas da administração dos Recursos Humanos, Recursos Financeiros e até da sua própria Gestão Pedagógica. Ainda por cima, este Agrupamento ocorre num período em que nas escolas se vive um clima de desconforto; os professores, os funcionários vivem hoje algum medo em relação às suas carreiras profissionais e, portanto, vive-se algum clima de desconforto, de insegurança, desgosto e, como compreendem, não são estes os melhores atributos para que as pessoas se mobilizem e se empenhem numa mudança desta profundidade. O Agrupamento está criado e há-de funcionar, na expectativa, e o optimismo que me acompanha faz-me pensar que o futuro há-de ser bom, vão existir muitas dificuldades até se conseguir chegar a um patamar aceitável de funcionamento.

Queria aqui reforçar algumas saudações que foram feitas à Autarquia relativamente a algumas iniciativas, que já conhecemos e também valorizamos, o caso da Semana do Livro e da Cultura, que a Câmara realiza há bastante tempo. Dizer que começa a ser um marco importante na Cultura do Concelho; é uma oportunidade para promover um conjunto de espectáculos e de grupos culturais que, normalmente, não têm muito espaço. Sei que nem sempre estas iniciativas têm o público que se desejava mas acho que isso não deve desmobilizar quem organiza porque é preciso ter consciência que a Cultura, como nós a entendemos, é hoje qualquer coisa que tem dificuldade em impor-se porque as pessoas estão “formatadas” pelos média e, como todos sabem, os média “formatam” mal as pessoas.

Referir também que está a decorrer o Soure - Artesanato, Gastronomia e Cultura. Acho que se tem evoluído, procurado dar respostas de melhor qualidade e julgo que o caminho também é esse.

Para terminar, reforçar a questão das casas em ruínas, que foram referidas pelo meu colega de Bancada. A Câmara Municipal tem mecanismos que permitem intervir nas despesas dessas demolições; eu referia, e digamos que não são as casas em ruínas e com perigo para a população, propriamente uma questão exclusiva da Freguesia de Figueiró do Campo, estão um pouco espalhadas por todo o Concelho, portanto, era preciso fazer alguma coisa nesse sentido.

Já agora, não gostaria de deixar de dizer aqui que se há problemas relativamente às casas abandonadas, problemas de segurança com as crianças que as frequentam, há também um problema que, não sendo muito grande, já começa a dar alguma preocupação e tem a ver

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Junho de 2006

com os carros abandonados; começam a aparecer, até dentro da Vila de Soure, veículos abandonados. Como se sabe, há hoje uma legislação bastante restritiva até para os proprietários de veículos destes, os sucateiros, e que os impede, por exemplo, de os ter a descoberto e isto porquê? Porque o facto destes veículos estarem a descoberto faz com que o decorrer do tempo vá contaminando o lençol freático e os terrenos onde estão instalados com óleos, tintas que vão libertando e hoje há uma obrigatoriedade de que os veículos, nas sucateiras, estejam cobertos. Seria bom que a Câmara fizesse qualquer coisa nesse sentido porque, de facto, para além dos prejuízos óbvios que aqui referi e que até decorrem de uma legislação em vigor, a imagem que dão, de desconforto, ainda por cima se formos vizinhos... dá um aspecto muito desagradável.”

Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara: “relativamente à questão que referiu sobre o que a lei determina quanto à caracterização dos elementos que devem integrar a Informação Escrita... não mudando o formato que instituímos, os responsáveis estão a ouvir e fica já determinado que deverá sempre ser um complemento da Informação Escrita habitual as listagens que dêem a informação prevista na Lei.

Feira ao Sábado... a questão foi levantada pela Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos numa reunião de Câmara; não chegámos a aprovar propriamente nenhuma proposta concreta mas ficou consensualizado o seguinte: de que tendo já esse assunto sido abordado no passado e tendo havido até uma certa confusão que acabou por determinar uma inconsequência, a verdade é que ficou, já há época, claro que a definição ou a “criação” de uma Feira ao Sábado era claramente o caminho a prosseguir, com dois tipos de cuidados: primeiro, não se trata de uma iniciativa que exclua ou que seja alternativa à Feira à Segunda-feira e segundo, deverá determinar a adopção de medidas, normalmente adjacentes, ao funcionamento de uma feira, quer em termos de controle, de apoio logístico, de limpeza e de acessibilidades, no fundo, daqueles a quem a iniciativa comercial é dirigida... porquê? Porque sendo certo que a Feira da Segunda-feira vale o que vale, também não é menos verdade que ela é muito dirigida àqueles que já não integram a população activa formal e reconhecemos que a criação de uma Feira ao Sábado pode dar esse tipo de resposta àqueles que integram a população activa formal, que são muitos e que também gostariam de ter essa possibilidade, e, portanto, penso que estamos naturalmente a desenvolver tudo aquilo que é a preparação dos cuidados adjacentes, no sentido de, a muito curto prazo, aprovarmos, em sede própria, a realização ou a possibilidade de ocorrer a realização deste evento.

Fez uma abordagem à questão da Protecção Civil, imputação de culpas e à questão dos Planos... já de há muitos anos temos um Plano Municipal de Emergência e costume dizer até que quando ocorre um incêndio ou qualquer situação dessa natureza, nós como que o accionamos sempre no sentido de que, imediatamente, técnicos da Câmara ligados à Protecção Civil estão em articulação directa com o Comando do Corpo Activo da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Soure e, se for caso disso, com as autoridades de Saúde e com as instituições ligadas à Acção Social para, de forma conjunta, como decorre do Plano, garantir a maior eficácia possível. Na reunião de Câmara de

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Junho de 2006

ontem, foi dado conhecimento de que, na sequência da publicação a 26 de Maio do Plano Nacional de Defesa das Florestas Contra Incêndios que determinava que têm os Municípios, em consonância com este Plano Nacional, 120 dias, já a Câmara Municipal de Soure está a desenvolver o seu Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, através de uma equipa multidisciplinar... mas não significa que haja um vazio enquanto o não temos, temos o Plano Municipal de Emergência, agora, também não é menos verdade que o Conselho Directivo da Associação Nacional de Municípios deu Parecer desfavorável a este Plano Nacional mas deu-o não é porque discorde dele, é porque, mais uma vez, ele não é complementado com Regulamentos que concretizem um conjunto de medidas e a sua adopção em concreto e, por outro lado, também não tipifica, não prevê qual a transferência de meios que deverá ser feita para as Autarquias para fazer face ao alargamento de atribuições, de competências, que decorrerão da operacionalização destes novos Planos Municipais.

Quanto à questão do Agrupamento de Escolas... não querendo, de forma alguma, discordar, não se trata disso, subscrevo na íntegra o que foi dito pela Senhora Vereadora, mas há uma questão, em termos de clareza política, que porventura possa não ter resultado completamente evidente da sua intervenção. Não é possível tirar a menor conclusão de que o Concelho passou a ter um Agrupamento Vertical porque a Câmara Municipal ou o Conselho Municipal de Educação assim o quiseram, não é verdade!... A Câmara Municipal e o Conselho Municipal de Educação, aquilo que defenderam sempre é que deveria haver um ajuste, uma utilização equilibrada, harmoniosa daquilo que são os equipamentos educativos disponíveis perante a procura que existe... agora, a estratégia adoptada para conduzir a esse equilíbrio, a essa utilização harmoniosa, se passou por um só Agrupamento ou se teria passado por outra, com todo o respeito, nem a Câmara Municipal, nem o Conselho Municipal de Educação tutelam a Direcção Regional de Educação. Portanto, qualquer afirmação, em qualquer sede, que tente dizer ou insinuar que a Câmara ou o Conselho Municipal de Educação é que exigiram o Agrupamento é, no mínimo, um atrevimento, que é partir do pressuposto que uma qualquer Câmara exija ao Ministério da Educação que aquilo que eles tutelam seja desta ou daquela forma. A Câmara Municipal pôs questões concretas, agora, se procuraram, entre outras coisas, dar respostas a essas questões concretas e a estratégia passava por aí... não vamos confundir “alhos com bugalhos”...

Na questão da Semana do Livro e da Cultura quero referir uma consideração complementar. Estou de acordo com tudo, está ampla e profusamente avaliado mas há um outro aspecto, nestas iniciativas, que tem a ver com a coesão concelhia. Este Programa, este evento integra um conjunto de acções onde, claramente, em cada momento, desde muito jovens a menos jovens, é estabelecida, propiciada uma relação entre pessoas dos duzentos lugares das doze freguesias e esta é uma forma concreta de reforçar a coesão concelhia de um Concelho geograficamente muito disperso e, portanto, este deverá ser também um aspecto a não negligenciar e que, aliás, é sempre assumido como um dos objectivos desta iniciativa que é já uma referência em termos de calendário do Concelho e, do nosso ponto de vista, é um objectivo a enfatizar.

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Junho de 2006

Quanto à questão do Soure - Artesanato, Gastronomia e Cultura, sem querer fazer ainda qualquer tipo de balanço, dizer o seguinte: já tínhamos testado o modelo de três Freguesias em quatro fins-de-semana; quatro Freguesias em três fins-de-semana e estamos a testar seis Freguesias em dois fins-de-semana e isto porque tínhamos todos claramente a sensação de que as doze Freguesias num só fim-de-semana sabia a pouco e retirava tranquilidade e qualidade. Num Sábado e num Domingo, milhares de pessoas a “encavalitarem-se” umas nas outras e tudo a atender de qualquer maneira... era uma alegria ver tanta gente mas é claramente um quadro não compatível com a sensação de agradabilidade tranquila que também queremos que resulte de uma ida a um certame com estas características... o que vos posso adiantar é que, se em termos organizativos, em termos ambientais, em termos urbanos tudo tem vindo a ser melhorado e com exigências como as que estão na lei para qualquer restaurante, também não é menos verdade que a frieza dos números diz-nos que no primeiro fim-de-semana estiveram presentes, a assistir a espectáculos, no Sábado - 550 pessoas e no Domingo - 650 pessoas e o número de refeições servidas atingiu os 3.383.

Questão das casas em ruínas, carros abandonados... há aqui um problema de ambiência legal mas também se nos afigura que fará sentido que tenhamos capacidade para definir um programa concreto de actuação, com dimensão concelhia. Fará sentido que não abandonemos algumas actuações avulsas em parceria com a GNR porque há cuidados a ter; se fosse só chegar a um carro, tirá-lo e encaminhá-lo isso já estava feito, mas o problema é que os carros têm propriedade e quando a GNR não identifica quem é o proprietário... também não é menos verdade que há uns quantos que estão apreendidos pelo Ministério da Justiça em que, pura e simplesmente, não se lhes pode tocar; essa também é uma questão nacional e se o Ministério da Justiça entender que devem estar próximo do Tribunal ou noutra local, ninguém lhes pode tocar e ficamos a assistir, impávidos e serenos, pois se lhes tocarmos, por melhor que seja a resposta que estejamos a procurar dar, ainda corremos o risco de ser, - a Câmara, instituição - réu. Muito sinceramente, penso que devemos tentar ser capazes de vir a definir um qualquer programa concreto de actuação, de dimensão concelhia que tenha, por detrás, a ambiência legal aplicável e, dentro dessa ambiência, tentarmos minorar/atenuar/combater esta questão que começa a preocupar-nos a todos.”

Usou da palavra o Senhor Deputado Eng.º José Lopes: “o Senhor Presidente abordou o assunto da Comissão do IMI que iria, justamente, precaver essa degradação das habitações. Tenho algum desagrado e lamento fortemente que essa Comissão se tenha reunido uma só vez; estamos a chegar ao ponto de análise das Taxas do IMI para o próximo ano e continuamos sem reuniões dessa Comissão.

Para além dessa Comissão, gostaria de relembrar ao Senhor Presidente da Assembleia, que foram nomeados vários elementos desta Assembleia Municipal para as diferentes Comissões e até agora não tivemos qualquer informação do decorrer dos trabalhos das mesmas.

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Junho de 2006

Havia um outro ponto que queria referir, já abordado, que julgo que se dirige mais à Senhora Vereadora Dra. Ana Treno. Sou um utilizador da Piscina de Vila Nova de Anços e lamento, de alguma forma, que esse equipamento não seja posto à disposição das diferentes escolas e gostaria de saber se existe, da parte do Executivo, algum Protocolo com as mesmas, o que é que está preparado; tenho algum contacto com os professores de Educação Física e eles têm lamentado que não haja uma utilização mais premente de um equipamento que, durante o dia, não tem a utilização que devia.”

Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara: “Comissão do IMI... reuniu durante muito tempo e rapidamente se percebeu o que queria... acima de tudo, havia que executar um conjunto de levantamentos, que estão a ser desenvolvidos, designadamente, na Zona Histórica da Vila de Soure porque qualquer outro tipo de tratamento diferenciado, a estimular ou penalizar, chegámos à conclusão que, excluindo a Zona Histórica, terá que ter a área de Freguesia. Portanto, aquilo que foram as abordagens concretas, em termos de majoração e minoração, foram feitas, agora, há que as condimentar com elementos práticos que têm a ver, para já, com a Zona Histórica. Como sabe, a marcação destas reuniões tem a ver com o facto de o Director de Departamento, mais ligado a esta área, me fazer sentir que já está na posse dos elementos que a justifiquem; ela tem que ocorrer em tempo útil, senão não faz sentido, e se foi decisivo constitui-la é para que ela possa influenciar, de forma significativa, as decisões que viermos a tomar em matéria de taxas, em Setembro.

Relativamente à questão colocada aos Deputados Municipais não me cabe a mim responder mas, tanto quanto tenho vindo a observar, sempre que um Deputado Municipal que integra uma qualquer Comissão tem elementos, normalmente, solicita uma intervenção. Depreendo que ainda não terão sequer tido reunião do órgão para que foram eleitos; são, normalmente, órgãos de natureza consultiva e que reúnem uma ou duas vezes por ano.

Piscinas Municipais de Vila Nova de Anços... o Regulamento Municipal de utilização das Piscinas é ele próprio, em si, muito claro ao privilegiar a utilização por parte de actividades educativas. Tivemos o cuidado, quando aprovámos o Regulamento, de garantir, à partida, que embora se tratasse de um investimento na área do Desporto, no plano contabilístico, ele era essencialmente dirigido, sem prejuízo de outras áreas, ao plano educacional... esta é uma questão estrutural, outra questão é a operacionalização disto. Em termos de aproveitamento com as escolas, tirando uma ou outra iniciativa deste ou daquele docente mais dinâmico que tem articulado directamente com a Câmara, não foi ainda criada uma situação estruturada, em termos concelhios, a nosso ver, não por falta de dinâmica da Câmara que, muitas vezes, tem insistido junto dos órgãos de gestão para tentarmos encontrar a solução. Aquilo que estamos a equacionar é a própria Câmara criar um Programa de Formação em que terá que haver um conjunto de receitas que permitam a auto-sustentação. É preciso que, com responsáveis ligados à Educação, seja possível cruzarmos uma proposta concreta, uma ambiência concreta de utilização que, aliás,

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Junho de 2006

decorre do Regulamento Municipal. Penso que não temos tido uma utilização próxima da capacidade plena porque, de facto, no domínio da Educação, domínio ao qual era muito dirigido este investimento, não tem havido este cruzamento, nem a definição concreta de uma ambiência e penso que é um desafio a ultrapassar de vez, sob pena de termos um equipamento bem preparado mas claramente sub-utilizado.”

Foi apreciada a Informação Escrita apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara.

Os trabalhos foram interrompidos às 12.25 horas, para almoço.

Os trabalhos foram retomados às 14.50 horas, estando já presente o Senhor Deputado Dr. João de Sousa da Cruz, o qual retomou o seu lugar na Mesa.

PONTO 2. CONTRATAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO A MÉDIO/LONGO PRAZO

Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara: “não obstante, em termos de limites legais para a capacidade de endividamento, estarmos a pouco mais de 50%, durante quatro anos, sem que houvesse lugar à revogação da lei, houve suspensões anuais decorrentes das sucessivas leis do Orçamento Geral do Estado aprovadas, ano após ano. A verdade é que em quatro anos amortizámos \approx 3.000.000,00 euros e nem 1 euro pudémos pedir emprestado... fomos “buscar” mais de 5.000.000,00 euros só em Fundos Comunitários e Contratos Programa, sendo que tivemos que juntar a parte da Câmara... é evidente que numa ambiência como esta, qualquer janela aberta em termos de contratação de empréstimos exclusivamente para aplicação em investimento, não poderíamos deixar de a aproveitar. É nesta ambiência económica que aparece esta proposta; não pode haver, na política como na vida, nenhuma ambiência económica sem uma ambiência jurídica que lhe sirva de suporte e a ambiência jurídica resulta daquilo que é o conjunto de regras aplicáveis e que tem em linha de conta o esforço de cada Município; foi entendido pela Direcção Geral da Administração Local que durante o ano de 2004 houve cinco Câmaras que recuperaram de uma inexistente capacidade de endividamento, para a possibilidade de contrair endividamento; uma dessas Câmaras foi a de Soure.

Comunicámos até 30 de Junho, tínhamos que o fazer, e “levámos” à reunião de 25 de Maio, a nossa intenção de aproveitar essa possibilidade; já na reunião de Câmara de 16 de Junho, aprovámos a contratação deste empréstimo de médio/longo prazo, exclusivamente para aplicação em investimento, naturalmente com as características que decorrem da lei, o prazo máximo de 20 anos e com a consulta ao mercado a, pelo menos, três Instituições de Crédito.

Entre o dia 16 de Junho, dia da aprovação e o dia 29, determinei a constituição de uma Comissão de Análise de Propostas, presidida pela Dra. Manuela Santos e com os dois

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Junho de 2006

Directores de Departamento; quando terminou o prazo de apresentação de propostas, como é hábito, responderam três Instituições de Crédito; a Comissão de Análise entendeu, mesmo assim, socorrer-se de um Parecer Técnico de Técnicos Superiores da Câmara e veio a apresentar uma proposta/recomendação à Câmara, dando nota de que feita a consulta ao mercado, a proposta mais favorável era a apresentada pela Caixa Geral de Depósitos, na variante Taxa Euribor a 6 meses, com pagamentos prestacionais mensais.

A Câmara Municipal, ontem mesmo, aprovou esta proposta, por maioria, com quatro votos a favor e três abstenções. Portanto, julgo que, sucintamente, vos dei nota das ambiências económica e jurídica, mas, acima de tudo, perceba-se o seguinte: com este empréstimo iremos pagar investimentos recentemente terminados não pagos ou investimentos em curso, sendo que qualquer desses investimentos, evidentemente que integra o Plano Plurianual de Investimentos que aprovámos para 2006.

Isto não tem nada a ver com fornecedores... claro que o terá porque, por vezes, para podermos não falhar com os Contratos-Programa, com as Candidaturas a Fundos Comunitários, temos que subtrair da Tesouraria do Orçamento Geral Municipal a parte que é o nosso co-financiamento e ao fazê-lo, estamos a subtrair a nossa capacidade de honrar compromissos com pequenos e médios fornecedores. Aqui, evidentemente que ao pagarmos investimentos recentemente terminados ou em curso, estamos a evitar continuar a “deslocar” fundos de curto prazo de tesouraria para fins de investimento a médio/longo prazo.

Há uma regra económica que é muito simples: qualquer investimento, tanto quanto possível, deve ser custeado com capitais de prazo semelhante à durabilidade prevista do investimento, e esta é uma regra de ouro que aqueles que estão mais ligados à economia conhecem, é uma regra que temos procurado implementar, porque nos alteraram, no decurso do último mandato, as regras do jogo... com todo o respeito, ninguém entenderia que não aproveitássemos esta possibilidade, que resulta do nosso esforço, e também não entendo eu, nem ninguém de boa fé entenderia, que pudéssemos estar satisfeitos com a possibilidade de esta Câmara ser uma das muitas que não podem ir à Banca; devíamo-nos congratular todos, sem complexos de qualquer tipo, com a possibilidade de, como resultado da nossa gestão, podermos ir à Banca e quero adiantar-vos ainda que em Julho deverá aparecer nova possibilidade de contratação de empréstimos... estamos convencidos que vamos poder contrair um novo empréstimo, e fá-lo-emos, porque sempre será um novo empréstimo apenas para investimentos. É, portanto, uma questão que a nós nos dá alguma tranquilidade o percebermos que abrimos uma porta em resultado da gestão financeira conduzida e ninguém entenderia que aberta a porta, não pudéssemos aproveitar operações de financiamento para nos aliviar a Tesouraria.

Nos termos da lei, evidentemente que compete à Assembleia Municipal autorizar, ou não, as propostas de contratação de empréstimos aprovadas pela Câmara Municipal.”

Usou da palavra o Senhor Deputado Dr. Rui Cunha: “vou dizer duas palavras sobre este assunto e que se prende com uma preocupação que venho tendo com as questões

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Junho de 2006

económico-financeiras do Município de Soure. Acho que é algo preocupante, e preocupa a todos.

Naturalmente, temos visões diferentes, a visão que o Senhor Presidente aqui apresentou é uma visão que respeito porque é, como habitualmente, bem fundamentada, na perspectiva dele, e eu permito-me discordar do princípio de que primeiro se fazem as despesas e depois se procuram as receitas para as cobrir; é perante isso que nós estamos, estamos perante uma metodologia relativamente à qual discordo, que vem sendo, de alguma forma, praticada não só nesta Câmara Municipal mas um pouco por todo o País que é, primeiro gasta-se o dinheiro, assumem-se compromissos, fazem-se as despesas e depois procuram-se as receitas, como elas não existem, em termos de despesas e receitas correntes, socorremo-nos da hipótese de contrair empréstimos.

Os empréstimos são, de facto, interessantes porque nos permitem criar... nós ficamos com dinheiro para gastar, para honrar os compromissos já assumidos mas não nos podemos esquecer que nós temos que os pagar; nós, os nossos filhos, os nossos netos teremos que pagar, efectivamente, estes empréstimos porque não é dinheiro nosso. Isto tem custos, pagam juros e não há milagres... é por essa razão, fundamentalmente que, embora não tenha dúvidas que na minha Bancada votamos todos por igual, mas estou aqui por mim próprio, com todo o respeito por aqueles que votam... mas é para justificar que vou votar contra a autorização da contratação de empréstimo solicitado neste ponto, pela Câmara Municipal.

Queria apenas dizer mais uma coisa... não quero aqui suscitar fantasmas mas estive a ler, com alguma preocupação, questões sobre esta matéria, nomeadamente na primeira Assembleia onde o Eng. José Lopes levantou a questão sobre esta problemática das dívidas a fornecedores, do estado da economia do Município, das dívidas, falou-se da hipótese de haver Contratos de Confirming ou Factoring, que o Senhor Presidente, na altura, de alguma forma, explicou que não haveria mas fiquei seriamente sem perceber se há ou não, embora o problema seja meu. Isto é tudo para vos dizer que continuo, seriamente, mesmo de boa fé, extremamente preocupado com o caminho do endividamento do nosso Município.”

Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara: “em política podemos, claramente, discordar uns dos outros, muitos dirão até que a discórdia e a divergência são a essência da democracia desde que os objectivos que prossigamos sejam os mesmos ou quase os mesmos, mas, no entanto, da sua intervenção, com todo o respeito, resultam algumas imprecisões factuais.

Diz que não concorda com a lógica de primeiro as despesas, depois as receitas... nem eu. É que este empréstimo não é apenas para pagar despesa já feita; este empréstimo é para pagar despesa de investimento e apenas de investimento recentemente terminado e em curso e que está aprovado no Plano Plurianual de Investimentos para 2006. Por outro lado, quando diz que primeiro as despesas depois as receitas, está convencido que nós não conhecemos as regras do jogo e que não sabíamos que, em função do esforço de amortização feito em 2004/2005, iríamos ter a possibilidade de recorrer ao crédito? Isso

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Junho de 2006

só não constava da proposta de Plano e Orçamento porque, nos termos da lei, só podemos colocar em Orçamento um empréstimo quando está devidamente aprovado e visado pelo Tribunal de Contas, mas nós sabíamos disso, por isso é que há a sobreavaliação em Venda de Bens de Investimento.

Portanto, essa expressão *“primeiro as despesas, depois as receitas”* não é verdadeira a dois níveis: primeiro, porque há despesa que ainda não está feita e segundo, porque nós já sabíamos de onde é que poderia vir a receita.

Será que, se porventura os Senhores amanhã gerissem a causa pública, só fariam investimento com o dinheiro previamente na conta?... Será que os Senhores acham que o endividamento, que está consagrado na lei, é uma coisa que não devemos usar?... É que quando falamos de endividamento, há duas questões que se colocam sempre, numa Câmara ou em qualquer outra Instituição: endividarmo-nos para quê? Para despesa de consumo? Para despesa corrente? Não, apenas para investimento. Mas para que investimento? Para investimentos, mal ou bem, aprovados na Assembleia Municipal sob proposta da Câmara Municipal. E que encargos daí advêm? Encargos suportáveis, nos termos da lei aplicável em matéria de limites legais, porque se não fossem suportáveis à luz dessa lei, nem sequer poderíamos contratar o empréstimo!... portanto, isto é uma inevitabilidade, a não ser que os Senhores Deputados me digam *“se fossemos nós, antes de ter o dinheiro, não faríamos o investimento”*, mas então digam... digam *“connosco só há investimento com dinheiro na conta”*, o mesmo é dizer *“vamos parar tudo”*!... De maneira que não há duas formas de interpretar esta questão, e digo-lhe isto de total boa-fé e aceitando que pense diferente de nós... mas, sabe que quem tem a preocupação de resolver os problemas somos nós, porque ganhamos eleições... é sempre mais fácil para quem as perde dizer como é que faria, porque sabe que nunca vai ter que fazer...”

Usou da palavra o Senhor Deputado Eng.º José Lopes: “de alguma forma concordamos plenamente com a gestão feita até agora e congratulo o Executivo por essa gestão, que permitiu “abrir a porta”, a qual penso que é importante para o investimento.

Estou preocupado com o endividamento, sobretudo o endividamento a Fornecedores, principalmente os locais, isso estarei sempre e disse na última Assembleia que estaria sempre atento a esse endividamento.

Tenho um reparo a fazer, de facto, termos esperado por uma indicação nacional e não tenham sido os serviços, antecipadamente, quando se fez a negociação dos Empréstimos, não tivéssemos já a porta aberta e, pelo menos, a indicação dos serviços de que teríamos esta possibilidade de endividamento... este Executivo devia estar mais atento, não esperar por indicações nacionais.

Relativamente ao empréstimo, acho muito bem que o façamos, era uma pena perdermos um milhão de euros no Orçamento de uma Câmara. É muito importante podermos investir o mais possível, congratulando que consigamos transformar uma capacidade de gestão via investimento que vem em benefício de todo o Município; é evidente que qualquer um de nós sabe que esses endividamentos têm que se pagar, qualquer um de nós já tem, provavelmente, um endividamento à Banca para pagar a sua habitação, e sabe que,

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Junho de 2006

de alguma forma, custa pagar essa mensalidade mas o que é certo é que temos este investimento e era mau que não pudéssemos fazer mais investimento no Concelho, agora, espero que daqui para o futuro... sou gestor e não admitiria que os meus serviços não tivessem dado essa indicação antes de os meus superiores ma terem dado.”

Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara: “compreendo a intervenção do Senhor Deputado mas há uma coisa que lhe quero dizer, é que na gestão privada nós não temos que receber indicações de nenhuma Direcção Regional e o problema é que para podermos apresentar uma proposta para contratação deste empréstimo, só o podemos fazer após a comunicação da DGAL... ora a comunicação da DGAL foi feita em Maio. Quer dizer, a expectativa sustentada naquilo que são as regras aplicáveis pela DGAL para calcular esta possibilidade era de que nos iria ser comunicado, mas sem a comunicação, em gestão pública, estávamos absolutamente impedidos de apresentar o que quer que fosse.

Apenas, também dar nota de uma questão... o Deputado Dr. Rui Cunha falou em desorçamentação, contratos disto e daquilo... essa não pode nem deve ser a prática dos serviços, pois com desorçamentação não pode haver despesa... em termos de haver credores que por via deste contrato ou daquele, não subscrito pela Câmara, cedam os seus créditos a um terceiro, esses créditos estão na Dívida, na Dívida que está na Informação Escrita, eles não desaparecem. Muita gente tem aquela ideia de que com a cedência de créditos a terceiros, esconde-se o crédito... não, ele continua lá, não há nada escondido, o que não há é, juridicamente, nada que impeça um qualquer credor, independentemente da vontade do devedor, de ceder o seu crédito a um terceiro, agora, não está nada escondido, a única diferença é que nós confirmamos a dívida, e, pagamos por depósito, depois mandam-nos o recibo da empresa adjudicatária. Portanto, não há Dívida escondida.”

Usou da palavra o Senhor Deputado Dr. Vítor Trindade: “começo a ficar preocupado pois não sei se estamos a discutir os níveis de preocupação se a contratação de um empréstimo... para não destoar, também vou manifestar os nossos índices de preocupação. Quer isto dizer que já se referiu a preocupação da desorçamentação, já se referiu a preocupação de não aviso e preocupados ficaríamos nós se, porventura, um qualquer filho dissesse “pai, não quero ir para a escola porque tenho frio”, isso não acontece porque a escola tem aquecimento; preocupados ficaríamos se, porventura, os nossos filhos dissessem “quero ir à piscina mas temos que ir a Pombal”, mas temos em Soure; ficaríamos preocupados se tivéssemos um idoso de Degraças ou Pombalinho que dissesse “leve-me ao Centro de Saúde” e tivéssemos que vir para Soure... .

Naturalmente que em plena execução do III QCA não poderíamos deixar de aproveitar as oportunidades que se nos afiguram e, portanto, obviamente que ficaríamos preocupados se houvesse o tal endividamento irracional; obviamente estaríamos preocupados se houvesse uma desorçamentação, subscrevendo aquilo que o Senhor Presidente disse, não é do conhecimento. Naturalmente que não poderíamos deixar de aproveitar esta faculdade que nos foi concedida ao esforço do Executivo que houve em 2004, e vamos aguardar pelos de 2005, mas não nos podemos esquecer de uma coisa: relativamente aos resultados

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Junho de 2006

de 2004, a Câmara Municipal de Soure não foi a que mais recuperou na zona centro, foi a que mais recuperou a nível nacional e, naturalmente, temos que nos congratular por essa situação.

Em face daquilo que disse, penso que não poderíamos deixar de aprovar a proposta do Executivo e, naturalmente, iremos votar favoravelmente a proposta apresentada.”

Foi deliberado, por maioria, com dezanove (19) votos a favor, um (1) contra e quatro (4) abstenções, aprovar a proposta do Executivo. -----

PONTO 3. ENCERRAMENTO DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO PERMANENTE (SAP) DO CENTRO DE SAÚDE DE SOURE

Usou da palavra o Senhor Deputado Eng.º João Ramos Pereira: “a minha Bancada é responsável pelo tratamento desta questão, pessoalmente acho que uma posição desta Assembleia que pudesse congrega todas as Bancadas e fosse unânime teria muito mais valor do que a aprovação de três moções. Nessa perspectiva, acho que os textos que foram lidos podem ser compatibilizados e sugeria que nos dispensasse dez minutos na interrupção deste órgão para que pudéssemos tentar compatibilizar os textos, coisa que não me parece muito difícil e seria muito mais interessante aprovarmos uma moção conjunta das três Bancadas que constituem a Assembleia Municipal de Soure.”

Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara: “embora, como devem imaginar, não pretendendo nem devendo a Câmara influenciar o funcionamento da Assembleia Municipal, até porque, em termos legais, é a Assembleia Municipal que fiscaliza e acompanha a actuação da Câmara Municipal, mas exactamente por isso, quero-vos dar nota, no âmbito do vosso acompanhamento e fiscalização, de qual o posicionamento da Câmara sobre esta matéria e começaria, naturalmente, por saudar a iniciativa, neste caso da CDU, sem complexo de qualquer natureza, por ter sugerido a inclusão como ponto autónomo na Ordem de Trabalhos, de uma matéria que não pode nem deverá ser ignorada por todos.

Qualquer mudança deve ser para melhor, não pode ser para pior; deve ser para aproximar, não para distanciar; que qualquer mudança deva ter... é uma questão de equilíbrio democrático, a participação activa dos representantes das populações nessa discussão; qualquer mudança, qualquer alteração que não seja feita desta forma não deve ter a nossa aceitação, poderá até ter, se for caso disso, a nossa indignação. Este é o entendimento da Câmara Municipal.”

Os trabalhos foram interrompidos por 10 minutos.

Os trabalhos foram retomados às 16.00 horas.

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Junho de 2006

Foi apresentada, pelas três Bancadas, a seguinte Moção:

Moção

Confrontados com a possibilidade da diminuição de horário de funcionamento e atendimento aos Múncipes do Centro de Saúde de Soure, designadamente no período nocturno e ao fim de semana, a Assembleia Municipal de Soure, reunida em 30.06.2006, delibera:

- Manifestar o mais vivo repúdio por tal decisão, que se insere numa lógica de encerramento de serviços públicos, sem ter em conta as necessidades da população.

As nossas preocupações assentam, fundamentalmente, em que as alterações acima referidas constituem um factor de risco para os múnicipes; são susceptíveis de criar perturbações na tranquilidade das pessoas, originando um clima de insegurança, sobretudo nas camadas mais vulneráveis.

Assim, esta Assembleia Municipal rejeita qualquer encerramento de serviços ou qualquer mudança, sempre que daí não resultem benefícios inequívocos para os utentes.

Usou da palavra o Senhor Deputado Eng.º João Ramos Pereira: “como é óbvio, a moção será aprovada por esta Bancada.

Quero tecer algumas considerações que vão no sentido de explicar porque é que solicitámos o agendamento deste ponto na Ordem de Trabalhos.

Ao inscrever este ponto na Ordem de Trabalhos teremos também a possibilidade de lhe dedicar mais tempo para discussão mas, eventualmente até, fazer propostas que ajudem a ultrapassar e a resolver esta questão. No fundo, ao falarmos do Serviço de Atendimento Permanente do Centro de Saúde de Soure, estamos a falar do Serviço Nacional de Saúde e é bom que se lembre que o Serviço Nacional de Saúde é uma conquista do 25 de Abril, conquista que, ainda por cima, está consagrada na Constituição da República Portuguesa. É importante também dizer-vos que com o Serviço Nacional de Saúde houve ganhos importantíssimos na Saúde dos Portugueses; as estatísticas são o que são e, portanto, não mentem e dizem coisas como esta: nos anos 60, a esperança média de vida dos Portugueses era 64 anos; hoje, a esperança de vida média dos Portugueses é 77,3 anos, um bocadinho abaixo da média europeia mas, para além disso, Portugal tem hoje uma das

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Junho de 2006

mais baixas taxas de mortalidade infantil do Mundo e podíamos ir por aí porque há estatísticas bastante interessantes relativamente à questão do Serviço Nacional de Saúde, aquilo que podemos hoje questionar é o que seriam, de facto, estes valores, estes dados, se a política que tem sido seguida contra o Serviço Nacional de Saúde não tivesse sido seguida; se, pelo contrário, em vez da asfíxia permanente do Serviço Nacional de Saúde, à desvalorização constante dos cuidados de Saúde primários, a acentuada penetração do Serviço Nacional de Saúde pelos privados, o que seriam, de facto, hoje as estatísticas que aqui acabei de mencionar?

Certamente, coisas haveria que não aconteceriam, por exemplo, não teríamos, como apesar de tudo hoje ainda acontece, cerca de um milhão de Portugueses que não têm médico de família ou 230.000 Portugueses que aguardam cirurgias porque não têm vaga, isto, de facto, são claramente penalizadores de muitos portugueses. Para além disso, é bom citar que relativamente aos idosos, há idosos que hoje não conseguem tomar os medicamentos todos que estão receitados porque não têm dinheiro para os pagar, não têm capacidade para os adquirir. Isto é um dado que me parece muito importante.

Tenho verificado, nos últimos anos, que há uma crescente desresponsabilização do Estado no financiamento da Saúde e, por outro lado, há um crescente aumento dos gastos que cada um de nós faz com a Saúde. Para terem uma ideia, de 2000 a 2003, o agravamento da contribuição de cada português foi de 50,00 euros; cada português gastava, aproximadamente, 400,00 euros com despesas de Saúde. Por outro lado, curiosamente, nestes últimos quatro anos que citei, o Estado reduziu a sua participação em cerca de 100,00 euros, portanto, enquanto nós aumentámos 50,00 euros, o Estado diminuiu cerca de 100,00 euros.

Hoje, Portugal situa-se na cauda da Europa em termos de financiamento do Serviço Nacional de Saúde; 60% é o valor com que o Orçamento de Estado financia o Serviço Nacional de Saúde; a média europeia é acima dos 70%; há muitos países que financiam a 80% e, a título de curiosidade, a República Checa financia acima dos 90%, isto para vos dizer que hoje já são os portugueses quem mais paga para o financiamento do Serviço Nacional de Saúde, contrariamente àquilo que muitas vezes nos querem fazer crer e é, de facto, contra esta política economicista que acho que esta Assembleia Municipal se irá pronunciar favoravelmente, e muito bem, porque é uma política que tem unicamente como objectivo baixar, a qualquer preço, o défice da Saúde e isto à custa do bem estar da Saúde, da tranquilidade de todos os portugueses.

Há bem pouco tempo, o Senhor Ministro dizia que é preciso privilegiar a distância segura em detrimento da proximidade insegura. Nós percebemos isto, ninguém vai ao Centro de Saúde para ser operado ao coração, vamos lá para tratar uma gripe, é isso que esperamos do Centro de Saúde porque este não tem essas valências. O que nós gostaríamos de ouvir do Senhor Ministro era, por exemplo, como é que se consegue criar a proximidade segura. As opiniões que aparecem relativamente ao encerramento dos SAP`s, muitas delas são estatísticas e, sinceramente, tenho muita dificuldade em discutir estatística quando está a vida ou a saúde das pessoas em risco.

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Junho de 2006

Dizerem que no período nocturno, atendem três ou três e meio... de facto, é um tipo de contabilidade que não tenho capacidade para realizar porque, na minha perspectiva, a saúde das pessoas não está nunca em segundo plano; as preocupações economicistas sim, deverão estar em segundo plano e, de qualquer modo, não estamos a falar de nenhuma mercearia ou snack-bar, esse sim, se tiver três clientes é capaz de ter que fechar porque não tem público; estamos a falar de uma coisa muito mais importante, é saber se alguém pode dar uma resposta positiva em situações de emergência que a população tenha; estamos a falar de situações em que estar ou não estar o Centro de Saúde aberto faz toda a diferença entre sobreviver ou não e eu penso que a argumentação que é dada para que nos possamos deslocar aos Hospitais Centrais não faz qualquer sentido. Só quem não frequenta os Hospitais Centrais e não conhece o seu grau de desumanização é que pode achar que a alternativa para um Hospital Central é boa, a menos que sejamos obrigados. Penso que muitos dos que aqui estão, eu pelo menos já tenho essa experiência, já passei quatro e cinco horas nas salas de espera dos Hospitais Centrais sem qualquer informação sobre o familiar que está internado, portanto, este tipo de pressão que será exercida sobre as pessoas que tiverem que recorrer aos Hospitais Centrais irá, basicamente, para além de um efeito psicológico devastador, as pessoas deixarão de se socorrer dos hospitais.

Na nossa opinião, esta é uma questão que transcende a mera luta política partidária mas a CDU, antecipando esta Assembleia, já promoveu um abaixo-assinado que, curiosamente ou não, a população do Concelho tem assinado em grande quantidade, ignorando quem promove mas indo à parte substantiva da questão que é saber se aquilo que lá está escrito tem ou não tem sentido. Esta, de facto, é uma daquelas lutas que esta Assembleia e a população do Concelho deve travar e deve-o fazer na perspectiva de que tem que a vencer.

Permitia-me citar aqui um candidato presidencial que dizia que “as únicas lutas que já perdemos foram aquelas a que renunciámos à partida”.

Usou da palavra o Senhor Deputado Joaquim Duarte Estrela: “concordo plenamente com a explanação feita pelo Eng. Ramos Pereira, ele falou e, de facto, é uma das ideias que subscrevo, o abaixo-assinado por todo o Município, mas quanto a mim isso só não bastará e digo porquê. Seria melhor se houvesse aqui um entendimento, procedermos a uma manifestação com concentração aqui na Câmara Municipal e partirmos daqui para o Governo Civil de Coimbra, à semelhança do que vai ser feito por outros Municípios que estão nas mesmas condições do de Soure, portanto, se todos colaborarem e aceitarem...”

Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara: “é evidente que subscrevo na íntegra tudo aquilo que está dito nesta moção que foi consensualizada e, certamente, irá ser aprovada. Porém, chamo a atenção para o seguinte: adoptar outras formas de luta complementares, pressupõe que primeiro tenhamos tido conhecimento formal de que, de facto, irá haver encerramento disto ou daquilo. Neste momento, tudo aponta para essa possibilidade mas, formalmente, não está cá nada a dizer isso, portanto, quando a Câmara tiver conhecimento formal, faz sentido que avaliemos formas de actuação, qual delas a mais eficaz... o que mais fragilizaria qualquer forma de luta era poder parecer que ainda

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Junho de 2006

nem tínhamos o motivo formal já estávamos com ela... isto não é uma questão partidária, é uma questão de desenvolvimento concelhio... poderia até concordar com as sugestões apresentadas pelo Senhor Deputado Joaquim Góis mas acho que há um tempo próprio, acho é que, primeiro tem que acontecer e só depois faz sentido a reacção... é apenas esta sensibilização que vos quero deixar.”

Usou da palavra o Senhor Deputado Eng.º João Ramos Pereira: “relativamente às sugestões apresentadas pelo Senhor Deputado Joaquim Góis, acho que poderão ter que ser necessárias mas, de facto, não vale a pena pôr o “carro à frente dos bois”, vamos aguardar por esse desenvolvimento e pela concretização porque há aqui uma questão de alguma gravidade. Estamos a falar de um assunto pelos jornais e por umas intervenções que foram feitas, não há aqui ninguém nesta Assembleia que seja capaz de dizer “o Centro de Saúde vai fechar no dia tal, no período de tal a tal”, quer dizer, de facto, além da gravidade das consequências que traz para a população do Concelho de Soure, tem uma outra gravidade, é que isto é feito nas costas das pessoas; as coisas estão a ser “alinhavadas” sem que até, por exemplo, órgãos autárquicos, tenham conhecimento daquilo que se vai passar.

Sugeria, talvez aqui, como forma de acompanhamento que esta Assembleia podia fazer, a eleição de uma Comissão que fizesse o acompanhamento destas decisões até porque a disponibilidade do Executivo desta Câmara é travar este encerramento; que nós pudéssemos acompanhar; eventualmente, ter reuniões com os responsáveis da ARS do Centro sobre este assunto e penso que a Assembleia Municipal poderia/deveria participar numa Comissão que abordasse, quanto mais não seja para se saber o que se passava, nós precisamos de saber o que se vai passar e depois disso, então tentar fazer propostas, contrapropostas, acertar até as posições com o Executivo Camarário no sentido de podermos ter uma resposta comum a um problema comum. Penso que faria algum sentido que uma pessoa de cada Bancada pudesse integrar esta Comissão e, eventualmente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal; que pudéssemos integrar uma Comissão, da Assembleia Municipal, para as questões da Saúde em que uma das questões centrais que, neste momento, se colocaria era precisamente a averiguação dos objectivos e daquilo que o Governo pensa para o Centro de Saúde de Soure e depois, a partir daí, desenvolver as lutas que fossem necessárias para travar esse tipo de evento.”

Usou da palavra o Senhor Deputado José Maria Ferraz da Fonseca: “subscrevo, na íntegra, tudo o que foi dito, tudo o que está, digamos, representado nesta moção e queria-lhes dizer apenas o seguinte: os Centros de Saúde, como sabem, são unidades que integram um conjunto de valências, cuidados médicos de base, diabetologia, planeamento familiar... e tem também o SAP e é neste caso concreto que nos estamos a referir.

O SAP, também sabem, é um serviço que recebe todos os utentes que, eventualmente, vão numa situação mais aguda e também aqueles que, por deficiência do não funcionamento das Extensões de Saúde, porque falta o médico, ali se dirigem. Da experiência que tenho, é procurado em grande volume, ou seja, procura o Centro de Saúde, 40 a 50 pessoas por dia, é óbvio, como digo, nem todas as situações são de carácter

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Junho de 2006

urgente mas são situações que com uma palavra, uma orientação, se sentirão bem e há casos que são ali resolvidos, situações agudas, uma cólica renal... até porque temos um SO com uma particularidade diferente dos outros Concelhos, temos duas ou três camas em que as pessoas vão e estão ali em repouso o tempo necessário e acabam por sair dali já devidamente tratadas. Com toda a seriedade, vendo este plano de encerramentos dos SAP's, fiquei convencido que os SAP's encerrariam às 22 ou 23 horas, que era um problema só de horário mas não é, é um problema que, efectivamente, tem a ver com uma metodologia completamente diferente quanto aos atendimentos.

Para entenderem, preconiza-se que o nosso SAP funcione das 8,00 horas às 22,00 horas de Segunda a Sexta e, eventualmente, Sábados, Domingos e Feriados, das 10,00 horas às 18,00 horas, bem, o que quero dizer é o seguinte: estará ali um médico, efectivamente, mas é um médico responsável pelo seu ficheiro, ou seja, sou médico, tenho um ficheiro de 1500 utentes, vejo os meus utentes, eventualmente, posso ver uma situação aguda mas, como percebem, com a “avalanche” de pessoas que se dirigem ao SAP, não tenho disponibilidade de ver exactamente as pessoas que chegam e só tenho uma alternativa, mandá-las para Coimbra, portanto, o que vai acontecer, ainda que não possamos voltar atrás com esta política do próprio Ministério da Saúde mas é criar aqui um problema diabólico porque as pessoas vão ter este problema, ainda mais agora que estão os nossos imigrantes a chegar... estes Senhores chegam aqui, não têm médico de família, só têm uma hipótese, vão para Coimbra.

Não vejo com bons olhos esta medida, congratulo-me com esta posição que tomámos aqui, inclusive, tenho que fazer um elogio, na pessoa do Senhor Presidente de Câmara, que tem vindo a procurar, exactamente nos contactos com o Senhor Presidente da ARS do Centro, no sentido de arranjar a melhor solução para o Concelho.

Penso que isso lhe foi prometido e estará atento, como sempre esteve, espero, efectivamente, que o nosso Concelho tenha esta solução porque também temos características diferentes dos outros Concelhos, como Condeixa-a-Nova... vejo pessoas carenciadas deste apoio e com toda a seriedade, não corroboro nesta situação e estou inteiramente de acordo com o que foi aqui aprovado.”

Usou da palavra o Senhor Deputado Eng.º João Ramos Pereira: “a Bancada da CDU está disponível para indicar um representante para uma Comissão que seja interlocutora também, junto da ARS, da questão que estamos aqui a discutir mas se as outras Bancadas não vêem utilidade... é óbvio que não posso fazer parte de uma Comissão sozinho, só se as outras Bancadas acharem que é útil...”

A perspectiva, no fundo, era este órgão poder intervir no processo com conhecimento de causa, portanto, mais perto do problema, secundar, eventualmente, as posições do Senhor Presidente de Câmara e do Executivo, mas para podermos avançar, as outras Bancadas têm que ver se há utilidade...”

Usou da palavra o Senhor Deputado Joaquim Duarte Estrela: “pessoalmente, penso que a ARS do Centro não irá tomar qualquer posição relativamente ao encerramento do SAP do

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Junho de 2006

Centro de Saúde de Soure sem que dê conhecimento à Câmara Municipal. Penso que será uma atitude o mais correcta possível da parte da Administração Regional de Saúde, aí sim, se o Senhor Presidente da Câmara entender, far-se-ia uma Assembleia Extraordinária para tomar, nessa altura, as devidas precauções e a atitude a tomar.”

Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara: “estou convencido que qualquer medida, a ser tomada, não o será sem que disso me seja dado conhecimento prévio.

Nesta altura, em termos políticos, parece-nos oportuna a aprovação de uma moção e que se dê nota pública da mesma.

Assim, poderá a Assembleia Municipal, se o entender, criar uma equipa de trabalho e eu próprio, das reuniões que, porventura, venha a ter nos próximos dias, dar-vos-ia nota imediata do que se tratou nas mesmas, aliás, a exemplo daquilo que acordei com os Senhores Vereadores, para, em conjunto, consensualizarmos uma qualquer tomada de posição, se for caso disso.

Esta é a estratégia que acordei na reunião de Câmara e que defendo que possa vir aqui a ser aprovada... agora, penso é que devemos funcionar em bloco.”

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a moção apresentada, em conjunto, pela Assembleia Municipal de Soure. -----

Usou da palavra o Senhor Deputado Eng.º João Ramos Pereira: “sugeria que desta moção fosse dado conhecimento aos órgãos de Comunicação Social, de uma forma formal, com a recomendação de publicação porque acho que faz sentido que as pessoas do Concelho de Soure saibam que esta Assembleia Municipal se preocupa com os seus problemas.”

Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia: “a Mesa entendeu apresentar uma proposta no sentido da criação da Comissão e propúnhamos, se fosse de vosso acordo, que essa Comissão seria um Membro de cada Bancada, o Presidente da Assembleia.”

Usou da palavra o Senhor Deputado Dr. Rui Cunha: “como é visível, a Bancada do PSD está desfalcada. À parte de discordância ou concordância com essa metodologia, pessoalmente, parece-me, com toda a sinceridade, não haver, de momento, necessidade dessa Comissão, todavia, nem pessoalmente nem em nome da Bancada, me oponho a que ela seja criada, não estou, porém, em condições de indicar nenhum dos elementos, sem prejuízo de o fazer mais tarde.”

Foi deliberado, por maioria, com vinte e um (21) votos a favor e uma (1) abstenção, constituir uma Comissão de Acompanhamento a um eventual encerramento do SAP de Soure, composta por um elemento de cada Bancada e o Presidente da Assembleia Municipal. -----

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Junho de 2006

O Senhor Deputado António Nunes Costa ausentou-se pelas 16.10 horas, não retomando a Sessão.

O Senhor Deputado José Manuel Bernardes ausentou-se pelas 16.15 horas, não retomando a Sessão.

Não havendo mais assuntos a tratar, o 1º Secretário da Mesa leu em voz alta a minuta da acta tendo sido deliberado, por unanimidade, aprovar as deliberações hoje tomadas.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrados os trabalhos às 16,35 horas.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Manuel de Sousa Domingues, Dr.

O 1º SECRETÁRIO

João de Sousa Cruz, Dr.

A 2ª SECRETÁRIA

Luísa Margarida Lima Anjo, Dra.